



FORMAÇÃO TÉCNICA
AGRONEGÓCIO



Contabilidade Rural



FORMAÇÃO TÉCNICA

Curso Técnico em Agronegócio

Contabilidade Rural

PRONATEC
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO



e-Tec
Brasil



SENAR - Brasília, 2015

S474c SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Curso técnico em agronegócio: contabilidade rural / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural ; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Rede e-Tec Brasil, SENAR (Organizadores). – Brasília : SENAR, 2015. 108 p. : il. (SENAR Formação Técnica)

ISBN: 978-85-7664-086-8

Inclui bibliografia.

1. Contabilidade agrícola. 2. Agroindústria - ensino. I. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. II. Rede e-Tec Brasil. III. Título. IV. Série.

CDU: 657

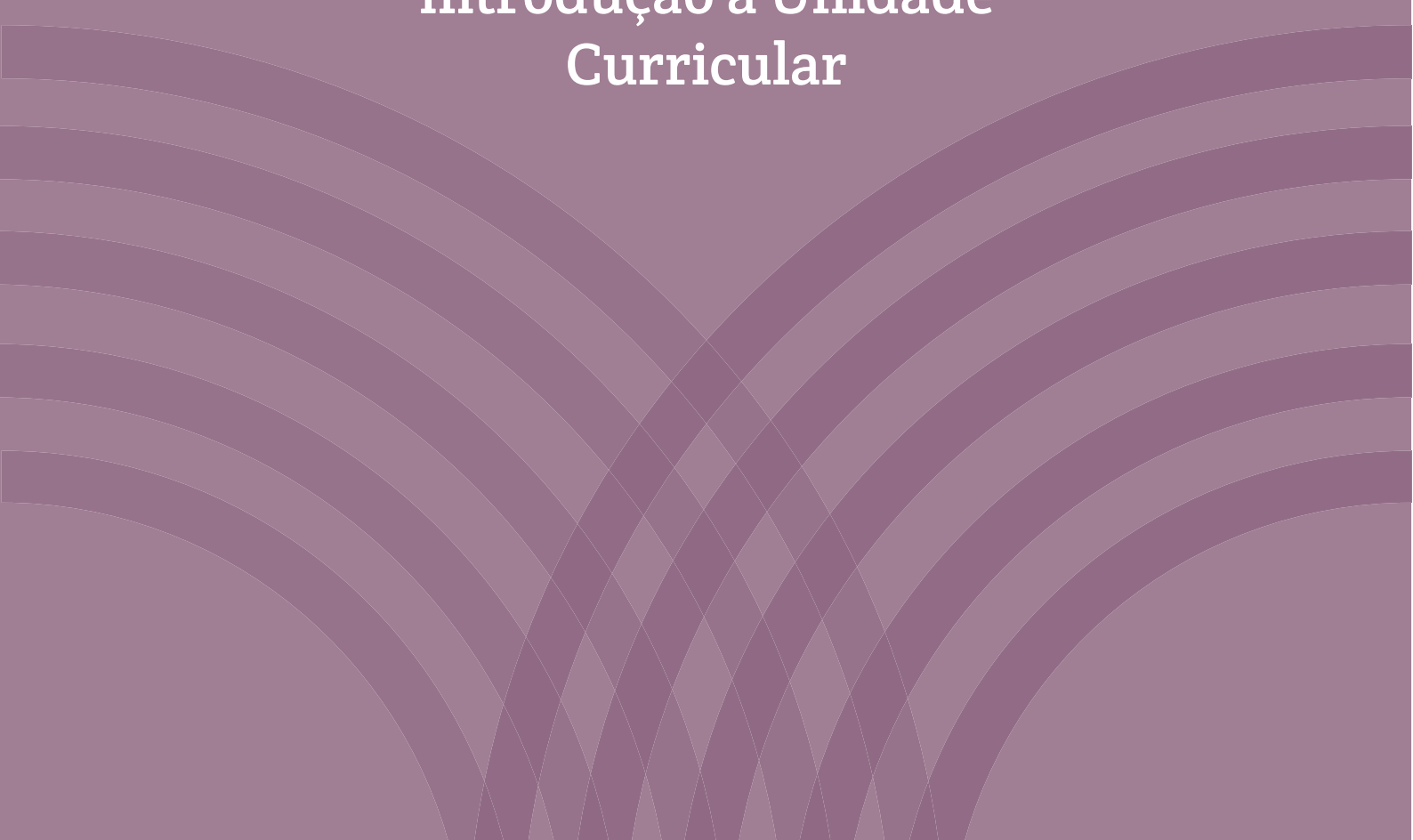
Sumário

Introdução à Unidade Curricular	7
Tema 1: A Contabilidade e sua Aplicação no Meio Rural	9
Tópico 1: Contabilidade – Objetivos, Utilidade e Visão Geral	10
1. O que é Contabilidade?	10
2. Usuários da Contabilidade	12
3. Princípios básicos da Contabilidade	15
4. Características qualitativas da informação contábil	16
Encerramento do tópico	18
Tópico 2: Elementos Patrimoniais e Introdução aos Demonstrativos Contábeis	18
1. Ativo	18
2. Passivo	20
3. Patrimônio líquido	21
4. Estática patrimonial	22
5. Receitas	22
6. Despesas e custos	23
7. Visão geral das demonstrações contábeis	24
Tópico 3: Contabilidade Rural	28
1. A Contabilidade na atividade rural	28
2. Classificação das atividades rurais	29
3. Utilização das informações contábeis no desenvolvimento do agronegócio	31
4. Normas para a Contabilidade Rural	35
Encerramento do tópico	36

Tópico 4: Naturezas Legal e Tributária das Empresas Rurais	37
1. Formas jurídicas de exploração no agronegócio	37
2. Empresário Rural e Produtor Rural Autônomo	38
3. Sociedade simples e sociedade empresária	39
4. Modalidades de exploração no meio rural	40
Encerramento do Tema	41
Atividade de aprendizagem	42
Tema 2: Fluxos e Demonstrações Contábeis no Agronegócio	46
Tópico 1: Escrituração e Fluxos Contábeis no Setor Agropecuário	47
1. O que é a escrituração contábil?	47
2. O que é o método das partidas dobradas?	49
3. O que é o fluxo contábil em culturas temporárias?	51
4. O que é o fluxo contábil em culturas permanentes?	55
5. O que é a depreciação, exaustão e amortização?	58
Encerramento do tópico	66
Tópico 2: Plano de Contas	66
1. Finalidade de um Plano de Contas	67
2. Especificidades contábeis das empresas agrícolas	67
3. Plano de Contas para as empresa agrícolas	68
Tópico 3: Inventário Rural	71
1. Itens que compõem o patrimônio da propriedade rural	71
2. Por onde iniciar o inventário rural?	72
3. Controle do patrimônio da propriedade rural	73
4. Quais são os benefícios do inventário rural?	73
Encerramento do tópico	76

Tópico 4: Principais Demonstrações Contábeis	77
1. Balanço patrimonial	77
2. Aplicações do balanço patrimonial	79
3. Demonstração do resultado do exercício	79
4. Itens da Demonstração do Resultado do Exercício	81
Encerramento do tópico	84
Tópico 5: O que é Fluxo de Caixa?	84
1. O que é regime de caixa e regime de competência ?	84
2. Qual é a Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC?	85
3. Fluxos de caixa no agronegócio?	88
Encerramento do tópico	91
Atividade de aprendizagem	91
Tema 3: Análises Contábeis e a Gestão do Agronegócio	94
Tópico 1: Análises Contábeis auxiliando na Gestão dos Negócios Rurais	94
1: O que é análise econômico-financeira?	94
2. Análise e indicadores contábeis	96
3. Análises horizontal e vertical	100
Encerramento do tópico	102
Tópico 2: Indicadores Econômico-financeiros	102
1. Indicador de liquidez corrente – LC	103
2. Indicador de endividamento	103
3. Indicadores de rentabilidade	103
Encerramento do tópico	104
Atividades de aprendizagem	104
Encerramento da Unidade Curricular	106
Referências Bibliográficas	107
Básicas	107
Complementares	107
Gabarito das Atividades de Aprendizagem	108

Introdução à Unidade Curricular



Introdução à Unidade Curricular

Seja bem-vindo(a) à Unidade Curricular Contabilidade Rural do curso Técnico em Agronegócio da Rede e-Tec Brasil no SENAR. Você sabia que, no Brasil, o agronegócio responde por cerca de 1/3 do Produto Interno Bruto – PIB e mais de 90% do saldo comercial? Além disso, é um dos setores responsáveis pelas seguintes realizações:

- gerar divisas para o país;
- manter o homem no campo com o seu respectivo emprego;
- disponibilizar, ainda, matéria-prima para a indústria nacional em geral.

Alcançar esse nível de importância não é fácil. Todas as atividades das empresas necessitam de controles, e, no meio rural, não poderia ser diferente.

As empresas rurais precisam ser rentáveis e competitivas, e, para isso, é necessário organização e controle das atividades. É esse o papel da Contabilidade Rural, já que ela fornece diversas ferramentas que contribuem para a gestão e o controle do patrimônio das propriedades rurais, sendo de fundamental importância para uma boa administração financeira e operacional dos empreendimentos.



Objetivos de aprendizagem

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de:

- distinguir os princípios básicos de Contabilidade da empresa rural;
- analisar características de Contabilidade fiscal para a empresa rural;
- distinguir formas de lançamentos contábeis das firmas;
- construir demonstrativos de fluxo de caixa e de resultados do exercício;
- elaborar plano de contas nos livros contábeis;
- aplicar estruturação contábil e balanço patrimonial nos empreendimentos rurais;
- analisar variações do patrimônio líquido das propriedades agropecuárias.

01

A Contabilidade e sua
Aplicação no Meio Rural

Tema 1: A Contabilidade e sua Aplicação no Meio Rural

No primeiro tema da Unidade Curricular Contabilidade Rural, serão abordados os conceitos fundamentais da Contabilidade e algumas características da legislação aplicável aos empreendimentos rurais, focando o uso das ferramentas contábeis ao setor agropecuário.



Ao final deste tema, espera-se que você desenvolva as seguintes competências:

- compreender os fundamentos, a utilidade e os principais usuários da Contabilidade;
- reconhecer os princípios e as características qualitativas da informação contábil;
- diferenciar os elementos patrimoniais de um empreendimento rural;
- identificar as principais demonstrações contábeis utilizadas no agronegócio;
- analisar contribuições da Contabilidade para a atividade rural;
- conhece alguns aspectos da legislação para a Contabilidade Rural;
- identificar diferentes formas legais de exploração da atividade agrícola;
- comparar modalidades de exploração no agronegócio.

Tópico 1: Contabilidade – Objetivos, Utilidade e Visão Geral

A Contabilidade consiste em uma área do conhecimento que inclui diferentes ferramentas úteis para proporcionar ao proprietário rural (ou ao administrador da empresa rural) o conhecimento da sua situação patrimonial e o embasamento para a tomada de decisões financeiras em seus negócios.

Neste tópico, você terá uma visão geral sobre os principais conceitos relacionados à Ciência Contábil, incluindo seus objetivos e sua utilidade.

1. O que é Contabilidade?

Considerando que você estudará diferentes aspectos contábeis relacionados aos empreendimentos rurais, inicialmente é preciso compreender o que é Contabilidade.

A Contabilidade é uma ciência social voltada para o registro, a avaliação e o controle dos eventos econômicos que afetam o **patrimônio** das **entidades**.

Observe que, na definição acima, aparecem outros dois conceitos: **patrimônio** e **entidade**. Você sabe o que eles significam?

O patrimônio engloba um conjunto de **bens, direitos e obrigações**, enquanto que **entidade se refere a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica**, que a Contabilidade estuda.

Pessoa física

Pessoa natural, registrada no cartório de registro de pessoas naturais, e que tem direitos e obrigações perante o Estado e a sociedade, respondendo individualmente pelos seus atos.

Pessoa jurídica

Consiste em um conjunto de pessoas ou bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituída na forma da lei, para a execução de fins em comum. É uma forma jurídica constituída por meio de um contrato registrado em cartório e em outros órgãos competentes (por exemplo, Junta Comercial e Receita Federal). São exemplos de pessoas jurídicas: empresas, cooperativas, fundações e associações, entre outros.

Note que o conceito de entidade tem sentido amplo e pode significar tanto pessoas físicas em geral como empresas, cooperativas, órgãos governamentais, organizações filantrópicas, associações, fundações etc. que exercem algum tipo de atividade econômica.

Voltando ao conceito de Contabilidade, pode-se dizer ainda que ela envolve um sistema de informações destinado a fornecer relatórios, demonstrações e análises de naturezas econômica e financeira, **auxiliando no processo de tomada de decisões nos negócios**.

Para atingir esse objetivo, são feitos o registro e o controle de todas as operações econômico-financeiras que ocorrem nos empreendimentos, tais como compras, vendas, recebimentos e pagamentos. Esse registro gera relatórios e demonstrações, permitindo avaliar as situações econômica e financeira da entidade.

Para entender melhor, confira as cinco funções básicas da Contabilidade:

Registro

Registrar todos os fatos que ocorrem e que influenciam ou podem vir a influenciar a situação patrimonial das entidades.

Organização

Organizar um sistema de controles adequado à entidade, além de manter a ordem dos documentos contábeis.

Demonstração

Demonstrar as situações econômica, patrimonial e financeira da entidade, com base nos registros realizados, elaborando periodicamente os demonstrativos e os relatórios contábeis.

Análise

Efetuar a análise de todos os relatórios e demonstrativos contábeis com a finalidade de apuração dos resultados e de melhoria da eficiência da entidade.

Acompanhamento das modificações do patrimônio

Acompanhar o planejamento, a execução e os efeitos das decisões econômicas tomadas pela entidade, auxiliando na administração financeira e alertando para eventuais problemas econômicos que a entidade possa enfrentar.

A seguir, conheça um pouco mais sobre os usuários das informações contábeis.

2. Usuários da Contabilidade

Os usuários da Contabilidade são todos aqueles que têm interesse na avaliação da situação financeira de determinada entidade e que utilizam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação. Eles podem ser classificados como **internos** ou **externos**.



Os usuários internos são aqueles que estão “dentro” da entidade, englobando, basicamente, os proprietários, os administradores e os funcionários.



Já os usuários externos são aqueles ligados à entidade, mas que estão “fora” dela. Os principais usuários externos são os fornecedores, os bancos e as outras instituições financeiras, os investidores, o público em geral e o governo.

Cada usuário possui diferentes interesses em relação às informações geradas pela Contabilidade. Observe-os no infográfico a seguir.

PARA QUE SERVEM AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS?

Veja como a contabilidade pode auxiliar a resolver questões de diferentes entidades envolvidas com negócio rural.



Com base no infográfico, você pode notar que as informações contábeis suprem diferentes necessidades. Para compreender melhor essas necessidades, veja o quadro a seguir, elaborado com base na Resolução nº 1.121/2008 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Usuários da Contabilidade e suas necessidades de informação

Usuários	Necessidades de Informação
Administradores	São aqueles que tomam as decisões dentro das entidades e conduzem os negócios. Têm interesse em informações que dão embasamento à sua tomada de decisão e que permitam analisar a situação econômica do negócio e estabelecer diretrizes financeiras.
Funcionários	São os empregados e seus representantes interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Também se interessam por informações que lhes permitam avaliar a capacidade que tem a entidade de prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego.
Fornecedores	Estão interessados em informações que permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos.
Bancos e outras instituições financeiras (credores)	Estes estão interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros dentro do vencimento.
Clientes	São os que têm interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento no longo prazo com ela, a têm como fornecedor importante ou dela dependem.
Investidores	São os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Eles necessitam de informações para ajudá-los a decidir se devem comprar, manter ou vender investimentos. Os acionistas também se interessam por informações que os habilitem a avaliar se a entidade tem capacidade de pagar dividendos.
Público em geral	As entidades afetam o público de diversas maneiras. Elas podem, por exemplo, fazer contribuição substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais. As demonstrações contábeis podem ajudar o público, fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.
Governo	Tem interesse pela destinação de recursos e, portanto, nas atividades das entidades. Necessita, também, de informações a fim de regulamentar as atividades das entidades, estabelecer políticas fiscais e servir de base para determinar a renda nacional e estatísticas semelhantes.

Fonte: Elaborado com base na Resolução CFC nº 1.121/2008.

Até aqui, você já pôde ter uma ideia de como a Contabilidade é importante para o controle de um empreendimento. Por meio dela, é possível extrair uma série de informações úteis para a tomada de decisão e o controle e o acompanhamento das operações, beneficiando seus usuários internos e externos. Para atingir tais objetivos, alguns princípios básicos precisam ser seguidos. É o que você verá a seguir.

3. Princípios básicos da Contabilidade

Os princípios básicos da Contabilidade englobam regras, doutrinas, essências e teorias utilizadas para fixar padrões de comparação e de credibilidade, estabelecendo critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras e demais relatórios contábeis.

Você estudará os seis Princípios de Contabilidade conforme colocados pela Resolução CFC nº 750/1993 alterada por força da Resolução CFC nº 1.282/2010. Esses Princípios de Contabilidade são:

- **Entidade**

O Princípio da Entidade reconhece **o patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a autonomia patrimonial. Isso significa que a Contabilidade deve ter plena distinção e separação entre pessoa física e pessoa jurídica. No caso de pessoa jurídica, o patrimônio desta jamais se confunde com o dos seus sócios.

- **Continuidade**

O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro, **por um prazo indeterminado**. Portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância, ou seja, espera-se que a entidade existirá e seguirá operando de forma contínua, sem cessar suas atividades, por tempo indeterminado.

- **Oportunidade**

O Princípio da Oportunidade se refere ao **momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais**. O processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais deve produzir informações íntegras e tempestivas. “Íntegras” se refere a abranger todos os fatos contábeis, e “tempestivas” se refere a serem divulgadas no momento adequado.

- **Registro pelo Valor Original**

O Princípio do Registro pelo Valor Original afirma que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente **registrados pelos valores originais** das transações, expressos em moeda nacional. No caso do Brasil, esses componentes são registrados em reais.

- **Competência**

O Princípio da Competência afirma que os efeitos das transações devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente de os recebimentos e de os pagamentos ocorrerem no mesmo período ou não. As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem e, quando correlatas, devem ser confrontadas simultaneamente quando o fato contábil ocorrer.

- **Prudência**

O Princípio da Prudência afirma que deve ser feita a adoção do menor valor para os componentes do ativo (bens e direitos) e para as receitas, e do maior valor para os componentes do passivo (obrigações) e para as despesas sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das transações que alterarem o patrimônio.

Esses princípios são obrigatórios no exercício da profissão contábil e dão todo o embasamento para o desenvolvimento da Contabilidade. São eles que garantem a produção de informações confiáveis e que permitem a comparação da situação econômica de diferentes entidades.

4. Características qualitativas da informação contábil

Além dos princípios básicos de Contabilidade que vimos anteriormente, existem características qualitativas de enorme importância. Elas são chamadas de “qualitativas” justamente porque asseguram a qualidade das informações contábeis. São três características qualitativas fundamentais (relevância, materialidade e representação fidedigna) e quatro características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade). Elas constam na Resolução CFC nº 1.255/10 e são descritas a seguir:

Características qualitativas fundamentais

Relevância	As informações fornecidas pela Contabilidade devem ser relevantes para as necessidades de decisão dos usuários. A informação possui relevância quando é capaz de influenciar as decisões econômicas de usuários, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, identificar a situação presente e fazer projeções para o futuro.
Materialidade	A informação é material se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar as decisões econômicas de usuários sobre a entidade específica que reporta a operação.
Representação fidedigna	A informação contábil tem que representar com fidedignidade (de forma real) o fenômeno que se propõe a apresentar. Para isso, ela tem que ser completa, neutra e livre de erros.

Características qualitativas de melhoria

Comparabilidade	A comparabilidade é a característica que permite que os usuários identifiquem similaridades e diferenças entre informações reportadas. Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e no seu desempenho econômico, e também comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades para avaliar suas posições patrimoniais, seus desempenhos e seus fluxos de caixa.
Verificabilidade	As informações precisam ser verificáveis, o que visa assegurar aos usuários que elas realmente representam o evento econômico a que se propõem retratar. A verificação a ser efetuada pode ser direta (por meio de observação direta; por exemplo, a contagem de caixa) ou indireta (efetuada indiretamente, por meio de checagem de dados e de fórmulas utilizadas; por exemplo, recalculando os valores de estoques por meio de determinado critério de controle de estoque utilizado).
Tempestividade	As informações precisam estar disponíveis a tempo de poder influenciar os usuários em suas decisões. Tempestividade envolve oferecer a informação no momento adequado, dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação, a informação pode perder sua relevância.
Compreensibilidade	A informação contábil deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que possuam conhecimento razoável de negócios e de contabilidade e que estejam dispostos a estudar a informação com razoável diligência. O que torna a informação compreensível é classificá-la, caracterizá-la e apresentá-la com clareza e concisão. Contudo, vale notar que a necessidade de compreensibilidade não deve permitir que informações relevantes sejam omitidas com a justificativa de que possam ser de entendimento difícil demais para alguns usuários.

As características qualitativas fundamentais devem estar sempre presentes nas informações contábeis, e as características de melhoria devem ser maximizadas na extensão possível, contribuindo para uma informação mais útil e adequada aos interesses dos usuários. É com base nos Princípios de Contabilidade e no atendimento a essas características que a Contabilidade cumpre seu papel!

Encerramento do tópico

Neste tópico, você teve a oportunidade de aprender alguns conceitos básicos relacionados à Contabilidade, viu os fundamentos, a utilidade e os principais usuários desse segmento, e conheceu, também, os princípios e as características qualitativas da informação contábil. O próximo tópico apresenta como esses registros e controles são efetuados.

Tópico 2: Elementos Patrimoniais e Introdução aos Demonstrativos Contábeis

Com o intuito de controlar o patrimônio das entidades e fornecer informações sobre a sua composição e as suas variações, a Contabilidade registra todas as movimentações possíveis de mensuração monetária e resume os dados registrados em forma de relatórios contábeis.

Os elementos patrimoniais que compõem as demonstrações contábeis são **ativo**, **passivo** e **patrimônio líquido**. Suas alterações envolvem receitas, custos e despesas. Tais elementos estão presentes na contabilidade de todos os tipos de entidade, inclusive dos empreendimentos rurais.

No ativo, têm-se como exemplo de direitos os créditos a receber (duplicatas, notas promissórias). A cada nova transação comercial (venda de produtos a prazo), esse elemento patrimonial vai aumentar.

No passivo, veem-se como exemplo as obrigações (empréstimos, financiamentos, obrigações fiscais, obrigações trabalhistas), da mesma forma que, a cada contratação de novos empréstimos/ financiamentos, esse elemento patrimonial vai aumentar.

Veja, a seguir, os detalhes de cada um desses elementos dos demonstrativos contábeis.

1. Ativo

Os ativos consistem nos **bens, nos direitos e nas demais aplicações** de recursos controlados pela entidade, originados de eventos já ocorridos, e que são **capazes de gerar benefícios econômicos futuros**.

Por exemplo:

- os estoques de sementes para plantio;
- os estoques de insumos (adubos, calcário, defensivos, herbicidas, ureias etc.).

Os **bens** são aqueles itens que a entidade possui no intuito de satisfazer suas necessidades de troca, de consumo ou de aplicação. Eles podem ser classificados como **tangíveis** ou **intangíveis**.



Bens tangíveis

São aqueles bens materiais, concretos, ou seja, são corpóreos. Costuma-se dizer que se pode “tocar” nesses bens: **caixa** (dinheiro em espécie existente na entidade), **estoques** (grãos e mercadorias a serem vendidas), **máquinas** (tratores), **equipamentos** (arados) e **terrenos** (propriedade rural).



Bens intangíveis

São aqueles bens imateriais, abstratos, ou seja, que não têm forma física, tais como: **softwares** (correspondem aos programas utilizados nos computadores – Windows, por exemplo), **marcas** (nomes e símbolos que podem ser utilizados para levar seu observador mentalmente a se lembrar de algo, como Ford, Itambé, Friboi, Sadia, por exemplo), **patentes** (englobam direitos sobre uma criação original, sendo concedidas pelo Estado a autores ou inventores de novas criações/tecnologias) e **localização geográfica da propriedade** (o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI reconhece indicações geográficas agroalimentares).

Como você pode ver, determinadas localizações geográficas podem ser indicadas pelo INPI e se tornarem bens intangíveis. Confira algumas das indicações geográficas – IG agroalimentares concedidas pelo INPI/Brasil:

Espécie/nome da IG	Produto/Serviço	Ano	UF
Litoral Norte Gaúcho	Arroz	2010	RS
Costa Negra	Camarões	2011	CE
Manguezais de Alagoas	Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha	2012	AL
Vale dos Vinhedos	Vinhos tinto, branco e espumante	2012	RS
Região do Cerrado Mineiro	Café	2014	MG
Vale do Submédio do São Francisco	Uvas de mesa e manga	2009	MG
Vale dos Sinos	Couro acabado	2009	RS
Canastra	Queijo	2012	MG
Vales da Uva Goethe	Vinho e espumante de uva	2012	SC

Fonte: MAPA, INPI (2014).

Os direitos, por sua vez, consistem naquilo que a entidade tem a receber de terceiros devido a uma operação. São exemplos de direitos:

- clientes (vendas a prazo);
- duplicatas a receber;
- aplicações financeiras;
- estoques de sementes e adubos;
- adiantamentos a funcionários;
- impostos a recuperar.



Informações extras

Quando é efetuada uma venda a prazo, a entidade tem direito a receber futuramente as parcelas a serem pagas por seus clientes. Esse direito a receber é representado por uma conta específica, denominada “Clientes”. O mesmo acontece com as duplicatas (que é um título de crédito, ou seja, representa a dívida de alguém) que essa entidade tenha a receber. Outro exemplo ocorre quando a entidade efetua aplicações financeiras, tendo direito a futuramente resgatar o valor aplicado e os rendimentos a ele correspondentes.

O ativo pode ser subdividido em ativo circulante e ativo não circulante. Esses conceitos ficarão mais claros quando você estudar o conteúdo sobre inventário rural, mais adiante.

2. Passivo

Os passivos consistem nas obrigações da entidade para com terceiros resultantes de eventos ocorridos e que exigirão ativos para a sua liquidação (ou seja, para seu pagamento).

As **obrigações** consistem nas dívidas da entidade com terceiros. Veja alguns exemplos:

- fornecedores;
- salários a pagar;
- duplicatas a pagar;
- empréstimos a pagar;
- financiamentos a pagar.

A expressão “fornecedores” refere-se às obrigações relacionadas a compras feitas a prazo, ou seja, a entidade tem a obrigação de futuramente pagar aos seus fornecedores. Da mesma forma, ela terá de pagar os salários dos funcionários, as duplicatas que emitiu e os empréstimos e financiamentos que contraiu. Portanto, são dívidas a serem pagas.



Comentário do autor

O passivo considera as obrigações de curto prazo (até 360 dias) e de longo prazo (após 360 dias). Elas são denominadas, respectivamente, passivo circulante e passivo não circulante.

3. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é definido como a **diferença entre o valor do ativo e o do passivo** de uma entidade em determinado momento. Ele engloba os recursos próprios da entidade, ou seja, os recursos aportados pelos sócios ou gerados pela própria entidade.



Pode-se compreender o patrimônio líquido como a diferença entre o valor do ativo e o do passivo.

Assim, as principais fontes de patrimônio líquido de uma entidade são as seguintes:

Integralizações de capital	Aportes de recursos efetuados pelos proprietários em troca de ações, quotas ou outras participações. Assim, ocorrem quando esses proprietários investem seus recursos na entidade.
Lucros gerados	Lucros gerados pela própria atividade empresarial que são reinvestidos na entidade. Assim, os lucros são acumulados na entidade como fonte adicional de financiamento.

Para obter o valor do patrimônio líquido de uma entidade, pode-se calcular a diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo. Veja um exemplo:

A empresa Fazenda Bom Café Ltda. tem o total de seu ativo no valor de R\$ 20.000,00 e o do seu passivo calculado em R\$ 16.000,00. Qual o valor do patrimônio líquido dessa empresa?

Resposta

Pode-se calcular o valor do patrimônio líquido usando a fórmula:

Patrimônio Líquido = Ativo - Passivo

PL = R\$ 20.000,00 - R\$ 16.000,00 = R\$ 4.000,00

Logo, o patrimônio líquido dessa empresa é de R\$ 4.000,00.

O patrimônio líquido (PL) é o valor líquido contábil da empresa, ou seja, todos os bens e os direitos (A - ativo) descontando-se todos os compromissos e as obrigações com terceiros (P - passivo).

$$PL = A - P$$

4. Estática patrimonial

Chama-se de “estática patrimonial” o **estudo do patrimônio** em um dado momento, analisando seus elementos, componentes e valores. A partir dessa análise, pode-se conhecer a situação líquida da entidade.

Há três configurações possíveis para a situação patrimonial:

Ativo > Passivo: Patrimônio líquido positivo
Essa situação ocorre na maioria das empresas e é favorável, pois significa que a empresa tem mais bens e direitos do que obrigações a pagar com terceiros.
Ativo < Passivo: Patrimônio líquido negativo
Essa situação é desfavorável, pois indica que há mais obrigações a pagar com terceiros do que recursos investidos em bens e direitos. Ou seja, tudo o que a entidade possui de ativos (bens e direitos) não cobre o que ela deve. Nesse caso, pode-se dizer que há um “passivo a descoberto”, ou seja, sem cobertura do valor dos ativos.
Ativo = Passivo: Patrimônio líquido nulo
Isso indica que o total dos bens e direitos é igual ao das obrigações com terceiros, ou seja, a entidade não tem capital próprio.

Como a primeira situação (ativo maior que passivo) é a mais frequente, costumamos representar o demonstrativo do patrimônio da entidade – também conhecido como “balanço patrimonial” – da seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Assim, constrói-se uma tabela e se coloca: no lado esquerdo, o ativo da entidade e, no lado direito, o passivo e o patrimônio líquido. O valor do ativo (bens e direitos) sempre será igual à soma dos valores do passivo (obrigações com terceiros) e do patrimônio líquido (capital próprio). Essa forma de representação é a base para uma das mais importantes demonstrações contábeis: o **balanço patrimonial**, como será visto mais adiante.

5. Receitas

As **receitas** representam rendas que a entidade obtém, por diferentes motivos, sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos, resultando em aumento do patrimônio.

As receitas mais comuns decorrem da venda de bens e da prestação de serviços.

Existem, ainda, receitas de outros tipos. Por exemplo, são obtidas receitas referentes a:

- juros ativos (os juros que a empresa recebe quando faz uma aplicação ou concede um empréstimo);
- aluguéis ativos (aqueles que a entidade recebe quando aluga um bem).

Assim, as receitas representam variações positivas na situação patrimonial da entidade, e, quanto maiores seus valores, mais favoráveis para o negócio.



Legenda: O aluguel é um tipo de receita para o proprietário do imóvel.

Fonte: Shutterstock

6. Despesas e custos

As **despesas** representam a saída de recursos, a redução de ativos ou o aumento de passivos. Elas resultam em decréscimo do patrimônio. Na maioria das vezes, decorrem do consumo de bens e da utilização de serviços.

Por exemplo, os gastos com:

- água, luz, telefone e internet;
- aluguéis;
- contribuição da Previdência Social;
- despesas bancárias;
- impostos;
- materiais de escritório;
- salários.

Já os **custos** são gastos relativos à aquisição ou à produção de um bem, ou ainda os gastos diretamente relacionados à prestação de serviços. Pode-se compreendê-los como valores gastos com bens e serviços para a produção de outros bens e serviços. São exemplos os custos com:

- matérias-primas (como sementes e adubos);
- mão de obra;
- manutenção (como combustível para trator);
- serviços (como pagamento de um mecânico);
- mercadorias vendidas (como embalagens).



Legenda: Mão de obra é um exemplo de custo para a empresa.

Fonte: Shutterstock

Dessa forma, despesas e custos têm natureza semelhante, representando gastos para a entidade (redução de ativos ou aumento de passivos). Porém, os custos têm a capacidade de serem atribuídos ao produto final, enquanto as despesas são de caráter geral, de difícil vinculação aos produtos obtidos.

7. Visão geral das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são o conjunto de informações sobre as variações patrimoniais que devem ser apresentadas pelas entidades. Consistem em relatórios extraídos da Contabilidade após o registro de todos os eventos econômicos ocorridos em determinado período. Tais demonstrações servirão para expressar a situação patrimonial da entidade, auxiliando os diversos usuários da Contabilidade em seu processo de tomada de decisão.

Todas as entidades, inclusive aquelas relacionadas a empreendimentos rurais, utilizam basicamente o mesmo conjunto de demonstrações. Conforme a legislação brasileira atual, **um conjunto completo** de demonstrações contábeis inclui os componentes a seguir:

1. Balanço Patrimonial – BP;
2. Demonstração do Resultado – DR;
3. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, podendo ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
5. Demonstração do Valor Adicionado – DVA, se divulgada pela entidade;
6. Notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.

Veja, a seguir, uma breve descrição de cada uma delas de forma a ter uma visão geral das demonstrações contábeis.

1. Balanço patrimonial – BP

Repare que o balanço patrimonial objetiva mostrar as situações financeira e patrimonial de uma entidade em uma determinada data. Assim, representa uma posição estática dessa situação (como se fosse tirada uma foto em determinado momento).

O balanço apresenta os ativos (bens e direitos), os passivos (exigibilidades e obrigações) e o patrimônio líquido (capital próprio), seguindo estrutura de organização e forma de classificação próprias.

Observe, a seguir, o exemplo ilustrativo da Fazenda Café Bom Ltda. Ela apresenta os seguintes números no encerramento do exercício anual (em milhares de reais):

ATIVO		PASSIVO	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponível	500	Fornecedores	400
Adubos	1.000	Salários	200
Sementes	1.500	Impostos	150
Defensivos	800	Financiamentos	850
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado		Financiamentos de máquinas	800
Terras	5.000		
Benfeitorias	2.000		
(casa, galpão, silos)	1.000		
Cafezal	1.200		
Máquinas	200		
Móveis e utensílios			
TOTAL	13.200		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	7000
		Lucros acumulados	3800
		TOTAL	13.200

2. Demonstração do resultado – DR

Observe que a demonstração do resultado tem o objetivo de evidenciar a formação de resultado líquido do exercício (**lucro ou prejuízo**) diante do confronto das receitas, dos custos e das despesas ocorridos. Essa demonstração apresenta uma síntese dos resultados operacionais de uma entidade em determinado período.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Fazenda Café Bom Ltda.	
Exercício encerrado em 31/12	
Receita da venda do café	3.000
Custos (sementes, mão de obra, insumos, etc.)	2.000
Lucro bruto	1.000
Despesas operacionais • Despesas administrativas	500
Impostos sobre o resultado	200
Lucro do período	300

3. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA e Demonstração de mutações do patrimônio líquido – DMPL

Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA objetiva apresentar as alterações ocorridas nos “lucros ou prejuízos acumulados” da entidade, que são representados dentro do patrimônio líquido.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido – DMPL

Repare que a demonstração de mutações do patrimônio líquido – DMPL já é mais ampla, objetivando evidenciar a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o período. Dentre as principais alterações nela apresentadas, pode-se destacar a destinação dos resultados do período, a integralização do capital e o aumento ou a diminuição das reservas da empresa. Sua elaboração é facultativa e, de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S.A.(sociedades anônimas), a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA poderá ser incluída nessa demonstração.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido contém uma coluna com os dados que correspondem à demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Dessa forma, se a DLPA for obrigatória para determinada entidade, pode ser substituída pela DMPL.

4. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC

Veja que a demonstração dos fluxos de caixa tem como objetivo mostrar como ocorreram as movimentações das disponibilidades e o fluxo de caixa da entidade em um dado período de tempo. Ela indica quais foram as **saídas e as entradas de dinheiro no caixa** durante o período e qual foi o resultado gerado por esse fluxo. A DFC é obrigatória no Brasil apenas para as **sociedades de capital aberto** ou para aquelas com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme a Lei nº 11.638/07.

Sociedades de capital aberto

Empresas cujo capital é “aberto”, ou seja, dividido em ações que podem ser negociadas no mercado de capitais (como na bolsa de valores). Como exemplo de sociedade de capital aberto, temos a empresa Renar Maçãs S.A.

5. Demonstração do valor adicionado – DVA

Observe que a demonstração do valor adicionado – DVA tem como objetivo principal apresentar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma como essa riqueza foi distribuída. O DVA mostra tal distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída (que fica retida na própria entidade). Sua divulgação é obrigatória apenas para sociedades de capital aberto (Lei nº 11.638/07).

A riqueza gerada é definida pelo conceito de valor adicionado, valor que consiste no valor dos bens produzidos pela entidade depois de deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros e utilizados na produção (tais como matérias-primas, serviços e bens intermediários). O valor adicionado demonstra, também, a efetiva contribuição da entidade para a geração de riqueza no país em que se insere.



Leitura complementar

Acesse a Biblioteca do AVA e aprofunde seus conhecimentos explorando o material complementar disponível por lá.

Essas são as demonstrações contábeis apresentadas pelas entidades em geral. Dependendo do caso (levando-se em conta características como o tipo de organização e o tamanho dela, entre outros pontos), algumas das demonstrações poderão não ser exigidas (conforme comentado).

Por exemplo, uma sociedade limitada de pequeno porte – abreviada como “Ltda.” – não é obrigada a apresentar a DFC nem a DVA. Porém, se a entidade considerar que essas demonstrações são relevantes para seus usuários, nada a impede que as apresente.

**Dica**

As empresas que têm a razão social como uma sociedade **limitada** ou quotas de participação são aquelas do tipo específico no qual os sócios não podem ser responsabilizados pelos prejuízos advindos da atividade da sociedade para além das suas participações iniciais (quotas ou cotas). Tal arranjo tem o objetivo de proteger o patrimônio pessoal dos sócios no caso de falência ou outro mecanismo jurídico que determine o fim da sociedade empresária.

As demonstrações mais utilizadas em praticamente todas as entidades são o balanço patrimonial e a demonstração do resultado. Elas podem ser consideradas as principais demonstrações contábeis, pois fornecem informações fundamentais para as análises financeiras. Você verá em detalhes cada uma delas no próximo tema.

**Comentário do autor**

Você consegue definir os conceitos de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, despesas e custos? Esses são termos muito presentes na Contabilidade, e é importante ter clareza sobre eles para prosseguir com seus estudos. Lembre-se de que, em caso de dúvida, você pode contar com o tutor desta unidade curricular.

Tópico 3: Contabilidade Rural

Por ora, muito se falou sobre a Contabilidade de forma geral, mas e a Contabilidade Rural? O que ela tem de igual e de diferente em relação às outras modalidades? É o que você verá agora.

1. A Contabilidade na atividade rural

A Contabilidade Rural consiste em um dos ramos de especialização da Ciência Contábil. Ela é aplicada ao meio rural, como o próprio nome diz, envolvendo o registro dos fatos ocorridos nas atividades rurais em determinados períodos.

Assim, esse ramo da Contabilidade estuda e controla o patrimônio rural. Os empreendimentos rurais possuem alguns elementos que não são comuns nos demais tipos de entidades. Por exemplo, seus ativos costumam englobar tratores, fertilizantes, sementes, plantas, defensivos agrícolas, rebanhos etc.

**Comentário do autor**

Os negócios rurais estão sujeitos à escrituração contábil obrigatória, sendo que, mensalmente, devem ser contabilizadas todas as receitas, os custos e as despesas de acordo com os princípios contábeis mencionados anteriormente e com a legislação vigente. Tal escrituração precisa evidenciar os itens de receitas, custos e despesas segregados por tipos de atividades, classificados conforme critérios contábeis específicos, e as medidas de avaliação adotadas pelas empresas rurais têm de ser fundamentadas em seus ciclos operacionais.

Pode-se considerar a Contabilidade Rural como o principal sistema de informações financeiras e de controle nas empresas rurais. Os registros contábeis e as demonstrações fornecidas pela Contabilidade permitem que o produtor rural faça a análise da situação econômico-financeira de seu negócio, podendo estudar a real situação da estrutura financeira da empresa, a evolução do negócio ao longo de diferentes meses ou anos, a capacidade de pagamento das dívidas, a rentabilidade dos investimentos realizados e diversos outros aspectos relevantes.

Também é possível usar a informação contábil para fazer o planejamento financeiro da empresa, compor orçamentos e traçar estratégias para minimizar os custos e as despesas e para identificar as necessidades de captação de empréstimos e financiamentos (ou seja, obter recursos de terceiros).

A Contabilidade Rural tem como objetivo principal realizar o controle do patrimônio e a apuração do resultado das entidades rurais considerando suas especificidades.

É importante destacar que os produtores e os administradores das empresas rurais (independentemente do tamanho de seus empreendimentos) precisam ter um controle eficiente de todas as suas atividades e buscar sempre informações completas e confiáveis que os auxiliem em seu processo de tomada de decisões. A Contabilidade tem um papel importantíssimo para isso!



Informações extras

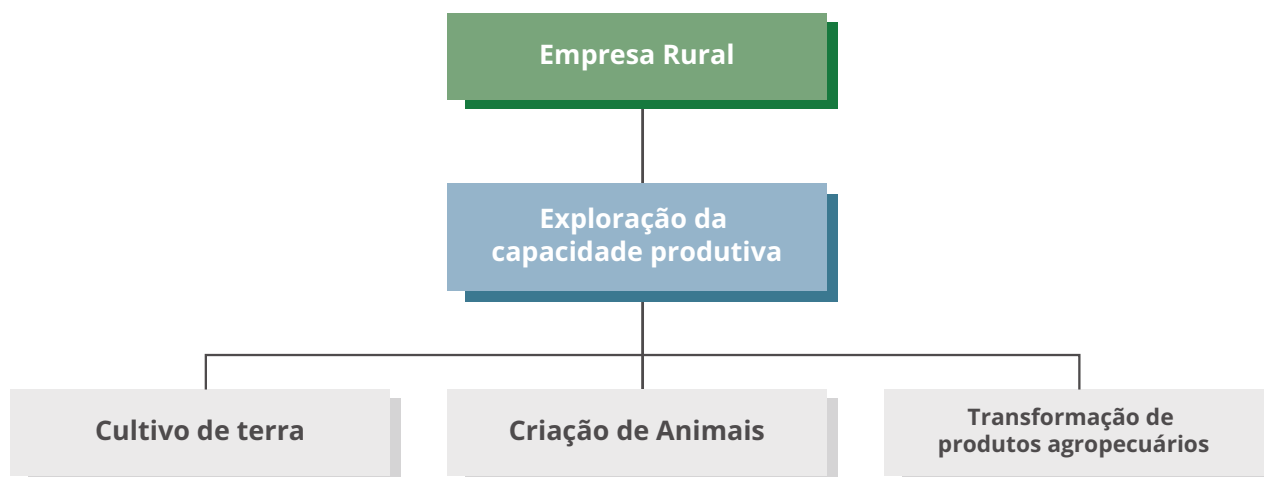
No nosso país, a Contabilidade vem passando por muitas alterações desde o ano de 2007, quando foi promulgada a Lei nº 11.638 e se iniciou o processo de convergência das normas contábeis com as normas internacionais de Contabilidade. Desde então, várias alterações ocorreram nas formas de contabilizar e apresentar as informações. Essas alterações também estão presentes na Contabilidade Rural, e os efeitos das mudanças trazidas pelos novos dispositivos legais exigem novos conhecimentos não apenas dos contadores que dão suporte ao empreendimento rural, mas também de todos os usuários da Contabilidade interessados nesse empreendimento.

2. Classificação das atividades rurais

A empresa rural pode ser familiar ou não familiar (patronal) e é formada por um conjunto de recursos denominados “fatores de produção”. Esses fatores compreendem, por exemplo, mão de obra, equipamentos e capital. Uma empresa rural pode envolver atividades que tenham elevado uso de fatores de produção ligados ao meio rural, como a própria terra, as máquinas agrícolas e os defensivos, entre outros.

A empresa rural pode ser entendida como uma unidade produtiva com fins lucrativos que explora a capacidade produtiva do meio rural por meio de atividades ligadas ao cultivo da terra, à criação de animais e à transformação de determinados produtos agrícolas.

A caracterização básica da empresa rural é vista no esquema a seguir:



Fonte: Adaptado de MARION (2014).

Pode-se dividir a empresa rural em três grandes grupos:

1. atividade agrícola (produção vegetal);
2. atividade zootécnica (produção animal);
3. atividade agroindustrial (indústrias rurais).

O primeiro grupo, **atividade agrícola**, é dividido em dois subgrupos:



Fonte: Shutterstock

- **cultura hortícola e forrageira:** envolve o cultivo de cereais (soja, arroz, feijão, milho, trigo etc.), hortaliças (verduras, pimentão, tomate), tubérculos (batata, cenoura, mandioca), forragens para floricultura e plantas industriais;
- **arboricultura:** envolve o cultivo de pomares (laranja, tangerina, maçã), florestamento (eucalipto, pinho etc.) e vinhedos, olivais, seringais etc.

O segundo grupo, **atividade zootécnica**, envolve:



- **pecuária:** criação de gados (bovinos, caprinos, carneiros, cavalos);
- **avicultura:** criação de aves;
- **apicultura:** criação de abelhas;
- **ranicultura:** criação de rãs;
- **cunicultura:** criação de coelhos;
- **piscicultura:** criação de peixes;
- criação de outros animais.

Já o terceiro grupo, **atividade agroindustrial**, envolve:



- **produtos primários:** beneficiamento primário de produtos agrícolas (arroz, milho, feijão, café);
- **produtos agrícolas:** transformação de produtos agrícolas (soja em óleo, moagem de trigo e milho, cana-de-açúcar em álcool e aguardente, uvas em suco, vinho e vinagre);
- **produtos zootécnicos:** transformação de produtos zootécnicos (mel de abelha e laticínios em geral, carnes).

3. Utilização das informações contábeis no desenvolvimento do agronegócio

O empresário rural, o administrador rural e o produtor rural são pessoas que estão diretamente relacionadas à empresa/propriedade rural e têm o papel de tomar decisões referentes ao processo produtivo. O empresário, administrador ou produtor rural precisa decidir sobre diversos aspectos da empresa voltados para a produção agropecuária, por exemplo, qual deverá ser a tecnologia utilizada, como ter eficiência produtiva a um baixo custo e em que mercados comercializar seus produtos.

No cenário atual, com a evolução da tecnologia e a busca por adquirir produtos de melhor qualidade, os produtores rurais necessitam desenvolver cada vez mais técnicas tanto na área de produção quanto no gerenciamento financeiro do seu empreendimento.



Legenda: A tecnologia é hoje uma importante ferramenta de apoio para a Contabilidade Rural.
Fonte: Shutterstock

É preciso, também, buscar um acompanhamento para suas atividades e para seu processo de tomada de decisões, uma vez que há intensa disputa por espaço no mercado. A Contabilidade Rural pode ajudar nesse processo: por meio dos métodos de gestão profissional no campo, o produtor rural pode fazer uma melhor exploração dos seus recursos com o objetivo de obter maior lucratividade dentro da atividade desenvolvida.

Surge, então, a questão: como a Contabilidade pode auxiliar no desenvolvimento do agronegócio?

Sabe-se que a Contabilidade desempenha importante papel como ferramenta gerencial, fornecendo diversas informações que permitem o planejamento, o controle e o embasamento para as tomadas de decisões. A Contabilidade Rural pode demonstrar toda a vida evolutiva do empreendimento e é um dos principais sistemas de controle para as empresas rurais. Por meio de seus relatórios, ela permite verificar a situação da empresa sob os mais diversos enfoques econômicos e financeiros, envolvendo a análise da estrutura de capital, da evolução financeira, da capacidade de pagamento das dívidas e do retorno dos investimentos.

Fazendo um bom uso da Contabilidade, as propriedades rurais aumentam sua capacidade de acompanhar a evolução do setor em que se inserem, tendo melhor atuação nos campos de administração financeira, controle dos custos e comparação de resultados.

A Contabilidade Rural gera informações concretas para que o produtor rural e o empresário agroindustrial consigam identificar o real desempenho de seu empreendimento, além de controlar o patrimônio, planejar estratégias futuras e tomar melhores decisões financeiras.



Legenda: Se empresário rural unir seus conhecimentos práticos à utilização de uma Contabilidade bem elaborada, certamente poderá se planejar melhor e obter melhores resultados de forma mais satisfatória.

Fonte: Shutterstock

Dessa forma, a Contabilidade é uma ferramenta importante para os produtores rurais, auxiliando-os no controle de custos, despesas e receitas em suas propriedades.

Entretanto, na realidade, é possível notar que, em muitas propriedades rurais, os serviços contábeis e as informações geradas por eles não são adequadamente utilizados por seus administradores ou proprietários, que muitas vezes realizam os registros contábeis apenas para cumprir exigências legais e fiscais. Assim, informações que poderiam ser importantes instrumentos gerenciais acabam sendo desperdiçadas.

É comum, principalmente em pequenas propriedades, que o produtor rural grave as informações apenas em sua memória e não registre os acontecimentos econômicos que deveriam ser incluídos para a correta contabilização da entidade.

Muitos produtores não apuram os resultados do seu negócio corretamente. Às vezes, acham que estão tendo lucro, mas na verdade o negócio está dando prejuízo. Mas por que isso ocorre? Confira algumas razões.

Controle	Falta de mecanismos de controle e de um sistema que abranja corretamente as receitas, os custos e as despesas.
Organização	Pouca organização financeira.
Separação de despesas	Muitos produtores não segregam as suas despesas pessoais e particulares das despesas do seu negócio (desrespeitam um dos princípios básicos da Contabilidade, o da entidade).

Quando não usam adequadamente a Contabilidade, os proprietários ficam sem condições de identificar os custos de cada plantio, os resultados obtidos com as suas culturas e a rentabilidade de sua atividade. Também ficam sem condições de fazer o controle de caixa: por exemplo, muitas vezes não conseguem distinguir quanto de dinheiro foi obtido com a venda de cada produto, além de acabarem misturando seu capital particular com o capital do negócio.

Muitas vezes, os produtores rurais desperdiçam valiosas informações geradas pela Contabilidade. Esses dados podem ser usados gerencialmente para melhorar o desempenho do negócio. Lembre-se de dar a devida importância para as informações contábeis dos empreendimentos rurais!

Para superar esse tipo de problema, o produtor rural precisa considerar a correta contabilização de sua atividade, e é fundamental que ele recorra ao auxílio de um profissional contábil. O contador do negócio irá elaborar demonstrativos e relatórios direcionados para a atividade e o setor em que ela se insere.



Legenda: O contador ajuda o proprietário a enfrentar as mudanças e as incertezas do mundo dos negócios.
Fonte: Shutterstock

A Contabilidade pode ser, então, um importante instrumento para garantir a competitividade na atividade rural, evidenciando os custos e os benefícios econômicos de cada decisão financeira que possa ser tomada, direcionando o produtor rural de forma que ele possa comparar seus desempenhos passado e presente, além de planejar o futuro.



Dica

Confira exemplos de questões que interessam aos produtores rurais e que a Contabilidade pode responder:

- Qual será o custo da produção neste ano?
- Qual é o valor de financiamentos e de juros pagos e recebidos nesta safra?
- Qual será o resultado (lucro ou prejuízo) final desta safra?
- E o resultado de cada atividade econômica?
- Quais são os valores dos impostos pagos?
- Quais são as perspectivas para o próximo ano e como fazer para melhorar os resultados da próxima safra?

4. Normas para a Contabilidade Rural

De forma ampla, a Contabilidade Rural segue as mesmas regras e princípios que a Contabilidade Geral. A Contabilidade precisa seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade. A estruturação dessas normas é apresentada pela Resolução CFC nº 1.328/2011.



Leitura complementar

Consulte, no material complementar disponível na Biblioteca do AVA, a resolução que apresenta a estruturação das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Essas normas englobam um conjunto de critérios, conceitos, princípios, dados técnicos e procedimentos que devem ser observados para o exercício da profissão contábil e para a aplicação da Contabilidade. Esse conjunto deve ser adaptado ao agronegócio, garantindo que o produtor rural possa utilizar as informações geradas para a efetiva melhoria no desempenho de seu negócio.

As principais Normas Brasileiras de Contabilidade estão estruturadas da seguinte maneira:

Lei nº 6.404/1976

Conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), com as alterações posteriores, principalmente as implementadas pela Lei nº 11.638/2007 (conhecida como a Nova Lei das Sociedades Anônimas) e pela Lei nº 11.941/2009.

Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM que são aplicáveis para as sociedades de capital aberto. No caso de a empresa rural negociar seus títulos na bolsa de valores, também deve seguir essas normas.

Pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O CFC é o órgão responsável pelas orientação, normatização e fiscalização do exercício da profissão contábil no Brasil.

Ainda sobre pronunciamento contábil, é importante citar um que tem grande relevância para o setor rural. Trata-se do Pronunciamento Técnico CPC-29, que aborda a contabilização e as divulgações referentes aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Esse pronunciamento estabelece o tratamento contábil (como deve ser registrado e qual o valor nos livros contábeis) dos ativos biológicos pertinentes à avaliação dos estoques dos produtos agrícolas como parte do registro das atividades agrícolas.



Comentário do autor

Desde o ano de 2007, estamos vivendo um importante processo na Contabilidade brasileira, que passa por uma fase de transição e adaptação aos padrões contábeis internacionais. O processo de harmonização das normas internacionais tem o intuito de dar maior comparabilidade entre as demonstrações contábeis de diversos países. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC é um órgão que foi criado justamente para harmonizar as normas brasileiras ao padrão internacional. Diversos pronunciamentos contábeis do CPC e normas do CFC foram emitidos desde então, e foi nesse contexto que a Lei nº 6.404/76 teve seus dispositivos alterados pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Ao trabalhar com Contabilidade, é importante estar sempre atualizado! Cuidado com materiais antigos, como apostilas e livros. Em poucos anos, ocorrem muitas mudanças na Contabilidade, e os conteúdos passam a não ser mais adequados. Sempre busque saber quais são as normas mais recentes para o assunto que estiver abordando.

Encerramento do tópico

Nesse tópico, foram abordados os conceitos iniciais sobre a Contabilidade Rural, e, dessa forma, puderam-se analisar algumas contribuições da Contabilidade para a atividade rural. Além disso, foram tratados alguns aspectos da legislação para esse ramo da Contabilidade. No entanto, não é nossa intenção esgotar o assunto, uma vez que esse curso não se dedica à formação de contadores, mas sim oferecer uma visão geral sobre a temática. No próximo tópico, serão tratadas algumas modalidades e formas jurídicas de exploração da atividade rural, que permitirão uma melhor compreensão sobre as configurações das atividades no agronegócio.

Tópico 4: Naturezas Legal e Tributária das Empresas Rurais

É hora de estudar as formas jurídicas, os tipos de sociedade e as modalidades de exploração no meio rural. Esses aspectos permitem observar as diferentes formas de organização que a atividade rural pode assumir e, conseqüentemente, tornam-se importantes para a Contabilidade Rural.

1. Formas jurídicas de exploração no agronegócio

São duas as formas jurídicas de exploração no agronegócio: pessoa física e pessoa jurídica.

1. Pessoa física



Pessoa física

Corresponde a todo ser humano, pessoa natural, ou seja, todo indivíduo da raça humana. A morte é que causa o término da pessoa física. No agronegócio brasileiro, há uma prevalência da forma de exploração por pessoa física, que são os produtores rurais individuais.

Essa forma de exploração tende a ser menos onerosa e a obter mais vantagens fiscais, especialmente quando se trata de pequenas atividades. A Contabilidade exigida das pessoas físicas que exploram o agronegócio é simplificada, e o governo exige a apresentação apenas de um livro contábil, o livro-caixa, ou seja, para fins de Imposto de Renda, os pequenos e médios produtores rurais não precisam fazer escrituração regular completa em livros contábeis, mas apenas no referido livro-caixa. Entretanto, nada impede que as pessoas físicas se utilizem de todos os relatórios contábeis para fins gerenciais.

Porém, isso não vale para as pessoas físicas tidas como grandes produtores rurais (a definição se é pequeno, médio ou grande produtor rural ocorre de acordo com o seu faturamento). Esses grandes produtores são assemelhados às pessoas jurídicas, tendo as mesmas obrigações que elas.

37

2. Pessoa jurídica



Pessoa jurídica

Corresponde à união de indivíduos que, de acordo com os dispositivos legais, juntam-se para formar uma nova pessoa com personalidade distinta da de seus membros, usualmente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. As pessoas jurídica podem ter fins lucrativos, como as empresas em geral, ou fins não lucrativos, como as cooperativas, associações e fundações.

As pessoas jurídicas que exercem atividades rurais se sujeitam às tributações de competências federal e estadual. Assim, estão sujeitas aos seguintes tributos:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS;
- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins;
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Somente essa relação de impostos e contribuições sobre a produção do agronegócio mostra claramente que o Brasil pratica uma carga tributária muito elevada e complexa que reduz o potencial de crescimento dos setores agropecuário e agroindustrial. Assim, o planejamento tributário das pessoas jurídicas é de grande importância para que elas possam ter bons desempenhos financeiro e operacional.

2. Empresário Rural e Produtor Rural Autônomo

De acordo com o Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002 e alterações posteriores), o termo “empresário” se refere àquele que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Nesse conceito, insere-se o empresário rural, que trabalha com a circulação de bens e serviços relacionados ao meio rural.

O empresário rural tem como sua principal profissão a atividade rural e pode atuar individualmente de duas formas:

Como produtor rural autônomo – pessoa física	O produtor rural autônomo atua como pessoa física e não é inscrito na Junta Comercial. Para ele, as exigências fiscais são simplificadas, sendo necessária apenas a contabilização do livro-caixa para a prestação de contas com a Receita Federal (por meio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda).
Como empresário rural na forma individual – pessoa jurídica	O empresário rural pode ser inscrito na Junta Comercial como pessoa jurídica. Atualmente, a obrigação do registro na Junta Comercial não é cobrada em relação ao empresário rural e ao pequeno empresário. Para eles, a legislação assegura um tratamento favorecido quanto à inscrição e aos efeitos dela decorrentes.

Outra maneira pela qual os produtores podem explorar a atividade rural é formando uma sociedade (simples ou empresária). A seguir, serão abordados seus tipos.

3. Sociedade simples e sociedade empresária

Existem diferenças entre uma sociedade simples e uma sociedade empresária de acordo com a legislação brasileira. Confira-as a seguir:

Sociedade simples

Define-se como forma de exclusão das outras características societárias, ou seja, são as sociedades que não atendem aos critérios de sociedade empresária.

Logo, a sociedade simples destina-se, principalmente, a cooperativas (que sempre são consideradas sociedades simples, por força de lei), atividades intelectuais e outras atividades que criam uma pessoa jurídica, mas sem a adoção de uma organização empresarial.



Legenda: A cooperativa é um exemplo de sociedade simples.

Foto: Ververidis Vasilis – Shutterstock (2015)

Exemplos de sociedade simples são as associações, fundações e cooperativas. Forma-se uma pessoa jurídica para que os produtores rurais possam se beneficiar e desempenhar melhor suas funções.

Sociedade empresária

A sociedade empresária precisa ter o mesmo objetivo de uma atividade própria de um empresário, ou seja, exercer atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. Além disso, todas as sociedades cujo capital é dividido em ações são consideradas empresárias.

Representa uma união de empresários que, ao contrário da sociedade simples, tem como objetivo exercer uma atividade econômica organizada para produção e circulação de bens com a finalidade de obter lucro. Por exemplo, as empresas em geral, sociedades anônimas e sociedades limitadas.



Legenda: Dois ou mais empresários atuando no mesmo negócio podem configurar uma sociedade empresária.
Fonte: Shutterstock

Diante dessa distinção, o registro das sociedades simples e empresárias também segue essa mesma diferenciação. As sociedades empresárias devem ser registradas na Junta Comercial, uma vez que nelas prevalece a atividade empresarial/comercial. Já as sociedades simples são registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, predominando nelas a atividade pessoal dos sócios.

4. Modalidades de exploração no meio rural

Duas personalidades importantes e distintas podem estar presentes no exercício das atividades agropecuárias: o proprietário da terra e o empresário.

- O proprietário da terra é aquele que participa no negócio com o capital fundiário, ou seja, com a disponibilização da propriedade rural.
- O empresário participa com o capital de exercício, explorando o negócio agropecuário (independentemente de ser ou não proprietário da terra).

Às vezes, o proprietário da terra é o próprio empresário.

A partir de diferentes formas de interação entre essas personalidades, é possível identificar algumas modalidades de exploração no meio rural. Essas formas são: parceria, arrendamento, comodato e condomínio, descritos a seguir:

Parceria	Ocorre parceria quando o proprietário da terra contribui no negócio com o capital fundiário e o capital de exercício, associando-se a terceiros, que executarão o trabalho rural. Ou seja, o capitalista (proprietário) entra com o capital e, geralmente, com a gerência do negócio, e o parceiro entra com a execução do trabalho.
Arrendamento	Quando o proprietário da terra aluga seu capital fundiário por determinado período a um empresário, tem-se o que se chama de “sistema de arrendamento”. O arrendador recebe do arrendatário uma retribuição certa, que é o valor do aluguel.
Comodato	Empréstimo gratuito da propriedade rural para que se use pelo tempo e nas condições preestabelecidos. Nesse caso, o proprietário cede seu capital fundiário sem nada receber do comodatário.
Condomínio (ou Consórcio)	É a propriedade em comum, ou a copropriedade, em que os condôminos proprietários compartilham dos riscos e dos resultados na proporção da parte que lhes cabe no condomínio.

Fonte: MARION (2014).

Encerramento do Tema

Neste tema, foi possível identificar os principais fundamentos da Ciência Contábil. Você estudou a utilidade, os objetivos, os princípios, as características e os principais usuários das informações contábeis, além da importância da Contabilidade Rural. Além disso, foi possível observar alguns aspectos relacionados à legislação e às formas de exploração da atividade rural. Os conceitos aqui estudados são muito importantes para o entendimento inicial dos princípios, dos objetivos e do contexto da Contabilidade Rural. No próximo tema, os conceitos contábeis serão aprofundados, fornecendo o embasamento necessário para a compreensão geral da contabilização em empreendimentos rurais.

Atividade de aprendizagem

1. Qual é o principal objetivo da Contabilidade?
 - a) Registrar apenas os fatos econômicos que não alterem a situação patrimonial da entidade.
 - b) Permitir que seus usuários façam o controle e a avaliação das situações econômica e financeira da entidade.
 - c) Identificar maneiras de pagar menos impostos e contribuições sociais.
 - d) Fornecer informações que não influenciem no processo de tomada de decisão de seus usuários.
2. As seguintes pessoas ou instituições estão entre os principais usuários da Contabilidade, exceto:
 - a) Bancos e investidores.
 - b) Fornecedores e clientes.
 - c) Publicitários e recrutadores.
 - d) Governo e administradores.
3. Em relação às características qualitativas das demonstrações contábeis, é correto afirmar que:
 - a) Relevância e representação fidedigna são características qualitativas fundamentais.
 - b) Tempestividade e comparabilidade são características qualitativas fundamentais.
 - c) Relevância e verificabilidade são características qualitativas de melhoria.
 - d) Materialidade e compreensibilidade são características qualitativas de melhoria.
4. Em relação aos elementos patrimoniais, é incorreto afirmar que:
 - a) Os passivos correspondem às obrigações da entidade para com terceiros.
 - b) As receitas resultam em decréscimo do patrimônio líquido.
 - c) Os ativos correspondem aos bens e aos direitos de uma entidade.
 - d) A diferença entre o valor do ativo e o do passivo de uma entidade é o patrimônio líquido.
5. Qual das alternativas abaixo apresenta demonstrações contábeis utilizadas no agronegócio?
 - a) Demonstração do resultado.
 - b) Balanço patrimonial.
 - c) Demonstração dos fluxos de caixa.
 - d) Todas as alternativas anteriores.

6. Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira em relação aos Princípios de Contabilidade:

- | | | |
|---|-----|--|
| 1 - Entidade | () | Deve ser feita a adoção do menor valor para os componentes do ativo (bens e direitos) e para as receitas, e do maior valor para os componentes do passivo (obrigações) e as despesas sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das transações que alterarem o patrimônio. |
| 2 - Continuidade | () | Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro por um prazo indeterminado. Portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância, ou seja, espera-se que a entidade exista e siga operando de forma contínua, sem cessar suas atividades, por tempo indeterminado. |
| 3 - Oportunidade | () | Reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial. Isso significa que a Contabilidade deve ter plena distinção e separação entre pessoa física e pessoa jurídica. No caso de sociedade ou instituição, o patrimônio desta jamais se confunde com o dos seus sócios. |
| 4 - Registro pelo Valor Original | () | Afirma que os efeitos das transações devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente de os recebimentos e pagamentos ocorrerem no mesmo período ou não. As receitas e as despesas deverão ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem e, quando correlatas, deverão ser confrontadas simultaneamente. |
| 5 - Competência | () | Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. O processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais deve produzir informações íntegras e tempestivas. “Íntegras” se refere a abranger todos os fatos contábeis, e “tempestivas” se refere a serem divulgadas no momento adequado. |
| 6 - Prudência | () | Afirma que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações expressos em moeda nacional. No caso do Brasil, esses componentes são registrados em reais. |

7. Sobre as formas legais de exploração da atividade agrícola, é incorreto afirmar que:

- a) O produtor rural autônomo atua como pessoa física e não é inscrito na Junta Comercial.
- b) A sociedade simples corresponde à formação de uma organização empresarial, por exemplo, as sociedades anônimas e empresas limitadas.
- c) O empresário rural trabalha com a circulação de bens e serviços relacionados ao meio rural.
- d) A sociedade empresária representa uma união de empresários que tem como objetivo exercer uma atividade econômica organizada.

8. Existem diferentes modalidades de exploração no agronegócio. A respeito delas, pode-se afirmar que:

- a) No comodato, o proprietário da terra aluga seu capital fundiário (por determinado período) a um empresário.
- b) A parceria assemelha-se a uma sociedade de capital e indústria, em que há duas espécies de sócios: o capitalista (proprietário) e o de trabalho (parceiro).
- c) O condomínio é o empréstimo gratuito em virtude do qual uma das partes cede por empréstimo para que se use pelo tempo e nas condições preestabelecidos.
- d) No arrendamento, ocorre a propriedade em comum, ou a copropriedade, em que os condôminos proprietários compartilham dos riscos e dos resultados.

02

Fluxos e Demonstrações
Contábeis no Agronegócio

Tema 2: Fluxos e Demonstrações Contábeis no Agronegócio

No tema anterior, você viu os conceitos fundamentais da Contabilidade e algumas características da legislação aplicável aos empreendimentos rurais. Conheceu, ainda, como algumas ferramentas contábeis se aplicam ao setor do agronegócio. Aqui, no Tema 2, você poderá conhecer os tipos de lançamentos contábeis das empresas rurais, elaborar os demonstrativos de fluxo de caixa e de resultados das empresas e constituir os planos de contas.



Fonte: Shutterstock

Ao final deste tema, espera-se que você desenvolva as seguintes competências:

- compreender as demonstrações contábeis no agronegócio;
- reconhecer a importância do fluxo de caixa nas empresas rurais;
- diferenciar as culturas temporárias e as permanentes de um empreendimento rural;
- identificar as principais demonstrações contábeis utilizadas no agronegócio;
- analisar as contribuições dos demonstrativos de contabilidade para a tomada de decisões dos usuários internos e externos;
- comparar modalidades de exploração no agronegócio;
- identificar, catalogar e definir valores para itens do patrimônio da propriedade rural.

Tópico 1: Escrituração e Fluxos Contábeis no Setor Agropecuário

Como já visto no primeiro tema, a Contabilidade consiste em uma área do conhecimento que inclui diferentes ferramentas úteis para proporcionar ao proprietário rural (ou ao administrador da empresa rural) o conhecimento da sua situação patrimonial e o embasamento para a tomada de decisões financeiras em seus negócios. Para que se possa aplicar corretamente essa ferramenta, tem-se que promover corretamente a escrituração de todos os atos e fatos contábeis que ocorrem nas empresas rurais. A partir da escrituração, você poderá elaborar os fluxos contábeis.

1. O que é a escrituração contábil?

Escriturar é a forma técnica de registrar os fatos contábeis nos dois principais livros obrigatórios e permanentes da Contabilidade:

- diário;
- razão.

Esses livros são utilizados pelos profissionais da Contabilidade – os contadores – para escriturar pelo regime da oportunidade e do registro pelo valor original de todos os fatos que acontecem no dia a dia das entidades. Conheça, a seguir, os dois principais livros.

O primeiro livro a ser apresentado é o **livro diário**.

É no livro diário que são registradas todas as operações que envolvam o patrimônio da empresa no decorrer de um período. Ele deve ser autenticado e conter o termo de abertura e encerramento, a ser submetido ao órgão competente, no caso, a Junta Comercial.

Os registros de todos os fatos das operações da entidade devem ser feitos em ordem cronológica e com a observância de regras, como as folhas numeradas sequencialmente.

O segundo livro a ser explicado é o livro-razão.

Após o registro no diário de todos os fatos contábeis, eles são agrupados em diferentes itens, chamados “contas”, em um livro ou jogo de fichas denominado “razão”. Ao contrário do primeiro livro, não precisa ser autenticado, e a sua principal finalidade é mostrar de forma individualizada todas as contas, permitindo aos usuários visualizarem o saldo dessas contas a qualquer tempo.

Esse relatório, basicamente, contém informações que são organizadas por:

- data;
- lote;
- histórico;
- débitos;
- créditos.

O lançamento no livro-razão é muito importante para as empresas, pois a totalização individual das contas possibilita saber, a qualquer momento, o saldo de cada uma delas. Com esses dados fornecidos pela escrituração do livro-razão, tem-se o controle do patrimônio, e essas informações trazem resultados positivos para melhor administrar as empresas.



Saiba mais sobre os livros diário e razão assistindo aos vídeos disponíveis no AVA sobre escrituração contábil.

Há livros auxiliares que não são obrigatórios, tais como: livros sociais, livros fiscais, livro-caixa, livro de contas bancárias, livros de contas de controles de duplicatas a receber e a pagar, e livros de controles de empregados.

Para a escrituração dos livros, algumas formalidades são necessárias e elas se dividem em dois grupos: extrínsecas e intrínsecas. O que é uma formalidade extrínseca? E intrínseca?

Formalidades extrínsecas (exteriores)

Estão relacionadas à apresentação ou à aparência dos livros.

Por exemplo: que os livros estejam encadernados, as folhas numeradas tipograficamente, possuam termo de abertura e encerramento, assinaturas dos responsáveis (contador e proprietário), identificação da empresa etc.

Formalidades intrínsecas (interiores)

Estão relacionadas à escrituração propriamente dita.

Por exemplo: utilizar métodos de escrituração mercantil uniforme, em língua e moeda nacionais, com individualização e clareza, ser escriturado em rigorosa ordem cronológica e não conter rasuras, emendas, entrelinhas, borrões ou raspaduras, espaços em branco, observações ou escritas à margem.

A seguir, conheça o método das partidas dobradas, sobre o qual se assenta toda a escrituração contábil.

2. O que é o método das partidas dobradas?

Para cada fato contábil realizado na empresa deve haver um lançamento contábil realizado nos livros, composto de um débito e um crédito.

Segundo Viceconti (2002), a essência desse método universalmente aceito é que o registro de qualquer operação implica que, **a um débito em uma ou mais contas, deve corresponder um crédito equivalente em uma ou mais contas**, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados, ou, simplificando:

Não há débito sem crédito correspondente!
Débito = crédito (*origens = aplicações*)

Quando a empresa adquire um determinado produto, com pagamento em dinheiro, o lançamento contábil é:

- **DÉBITO:** produtos adquiridos (um pagamento é feito)
- **CRÉDITO:** caixa (um produto entra no estoque)

A esse método de escrituração dá-se o nome de “partidas dobradas”: a cada débito corresponde um crédito, e a cada crédito corresponde um débito.

Para conhecer e entender os lançamentos, é preciso saber os grupos de contas que compõem o **patrimônio** das empresas, a sua **natureza** e o que ocasiona o débito e o crédito. Confira no quadro a seguir.

GRUPOS DE CONTAS	NATUREZA PARA A EMPRESA	DÉBITO	CRÉDITO
Ativo	Devedor	Aumenta	Diminui
Passivo	Credor	Diminui	Aumenta
Patrimônio líquido	Credor	Diminui	Aumenta
Despesas e custos	Devedor	Aumenta	Diminui
Receitas	Credor	Diminui	Aumenta

Fonte: Adaptado de VICECONTI (2002).

As contas do ativo são **devedoras** pelo fato de serem aplicações de recursos da empresa. O aumento do ativo significa que houve uma adição/entrada de recursos na empresa.

Por exemplo, a compra de sementes a prazo para o futuro plantio de uma lavoura. Quando é contabilizada na conta de estoques de sementes, é **debitada**. Quando houver a venda de um produto, a sua saída será **creditada**, ou seja, o **ativo** é devedor do **passivo**.



Comentário do autor

Entender como funcionam os débitos e os créditos nas contas contábeis pode parecer um pouco complicado de início. Certifique-se de consultar o AVA e assistir às videoaulas para aprofundar seus conhecimentos. Lembre-se de que você é responsável pela sua aprendizagem, por isso, seja investigativo e aproveite para pesquisar sobre o assunto. Em caso de dúvidas, entre em contato com o tutor.

Sendo o saldo **devedor** (todas as contas do **ativo** são **devedoras**), significa que a empresa rural deve aquele recurso a outra entidade, ou seja, alguém financiou/aportou recursos na empresa.

As contas do passivo são **credoras** pelo fato de serem a origem de recursos da empresa. O aumento do passivo significa que houve um aumento de compromissos da empresa. Por exemplo: a compra de sementes a prazo para o futuro plantio de uma lavoura. Quando é contabilizada na conta de fornecedores de sementes, é creditada. Quando houver o pagamento ao fornecedor, a baixa no passivo será debitada. No mesmo raciocínio, o **passivo** é credor do **ativo**.



As contas do patrimônio líquido são os recursos dos proprietários da empresa. O patrimônio líquido aumenta com o **crédito** porque os sócios aportaram recursos, visto que houve entrada de dinheiro na empresa. O **débito** diminui o patrimônio líquido porque os sócios podem retirar os recursos da empresa por meio de remuneração ou distribuição de dividendos.

Assim, o patrimônio líquido é credor das contas do **ativo** que são devedoras.

As contas de **despesas e custos** são devedoras porque afetam o patrimônio líquido (diminuem o saldo). O débito diminui porque as contas de despesas e custos são um desembolso de recurso, uma saída de dinheiro da conta Caixa.

As contas de **receitas** são credoras porque aumentam o patrimônio líquido. O crédito aumenta porque as contas de receitas são entradas de recursos, dinheiro na conta Caixa.



Atenção

Repare que, na Contabilidade, sempre haverá, em todos os eventos contábeis, um **devedor** e um **credor**, e as pessoas que executam esses atos administrativos podem ser o gestor ou o proprietário da empresa rural.

Usando essas premissas, quando uma empresa é constituída, o dinheiro investido pelos sócios é **creditado** na conta Capital Social e **debitado** na conta Caixa – é por isso que as contas do ativo são sempre devedoras.

Todas as vezes que debitarmos ou creditarmos uma conta, estará ocorrendo umas das seguintes situações:

Débito:	<ul style="list-style-type: none">- entrada de recursos financeiros em Caixa ou Bancos;- aquisição de direitos para o ativo;- aquisição de bens (estoques) para o ativo;- quitação de obrigações constantes do passivo;- registro de uma despesa.
Crédito:	<ul style="list-style-type: none">- saída de recursos financeiros em Caixa ou Bancos;- constituição de obrigações no passivo;- saída de bens (estoques) para o ativo;- quitação de obrigações constantes do passivo;- registro de uma receita.

Fonte: Cosif (2015).

3. O que é o fluxo contábil em culturas temporárias?

A partir deste momento, você conhecerá o fluxo contábil das culturas temporárias. Primeiro, é importante compreender o que é uma cultura temporária. Neste tópico, você verá as diferenças entre as culturas temporárias e as culturas permanentes.

Segundo Marion (2014), culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida da planta é curto. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio. Exemplos: soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes. Esse tipo de cultura é também conhecido como “anual”.

Na prática da atividade rural, essa etapa de produção costuma ser realizada pelos agricultores sem a preocupação técnica com os registros contábeis. Contudo, aqui você verá como esses registros contábeis devem ser feitos pelos contadores.

Veja que a produção de produtos agrícolas deve ser registrada na Contabilidade no ativo circulante, como se fosse um “estoque em andamento” em uma indústria. A figura a seguir mostra o fluxo de uma cultura temporária.

FASE DA CULTURA TEMPORÁRIA

• FORMAÇÃO

Ativo biológico

Plantio, adubação, sementes, calcário, mão de obra, irrigação, herbicidas, produtos químicos...



• COLHEITA

Mão de obra, combustível da colheitadeira...



• PRODUTOS COLHIDOS

Beneficiamento, acondicionamento..



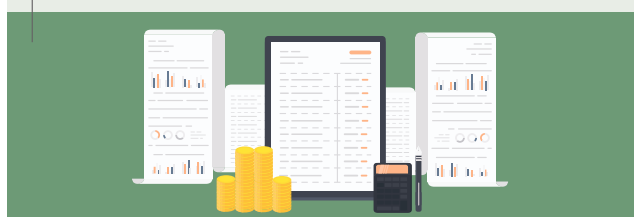
• VENDA DO PRODUTO

Transferem-se **Produtos Agrícolas** para o **Custo do Produto Vendido**



• DESPESAS DO PERÍODO

De vendas, Administrativas e Financeiras



REGISTROS CONTÁBEIS

ATIVO CIRCULANTE

(Ativo Biológico)

CULTURA TEMPORÁRIA

Por exemplo: arroz, milho, soja ...

XXXXX	A contrapartida desses lançamentos será normalmente: Disponível Contas a Pagar Depreciação Acumulada...
XXXX	
YYYY ←→ YYYY	

ATIVO CIRCULANTE

PRODUTOS AGRÍCOLAS

Tipo de produto...

→ YYYY	
VVVV	
XXXX	XXXX

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita	LLLL	
(-) Custo do Produto Vendido	(XXXX)	
	SSSS	< -
Lucro Bruto		
(-) Desp. Operacional		
Vendas	(aaaa)	
Administrativas	(bbbb)	
Financeiras	(cccc)	
Lucro Operacional	TTTT	

Fonte: Adaptado de Marion (2014)

Todas essas etapas geram custos de produção que devem ser registradas como fatos contábeis nos livros contábeis, nas suas respectivas contas, tais como culturas temporárias e rubricas “sementes”, “adubos”, “combustíveis”, “lubrificantes”, “mão de obra”, “encargos”, “serviços profissionais” e tudo o que é utilizado na formação daquela cultura.

Confira como são feitos os lançamentos contábeis desses itens.

Suponha que a situação inicial da empresa rural fosse a seguinte:

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
DISPONÍVEL	50.000,00	CAPITAL SOCIAL	R\$ 50.000,00

Utilizamos esse exemplo para ilustrar a constituição de uma empresa rural.

Suponha que uma empresa rural tenha adquirido sementes de soja para o plantio. O primeiro lançamento será assim:

*No **passivo circulante**, registra-se o **crédito** no valor das sementes na **conta Fornecedores** (R\$ 10.000,00, por exemplo).*

*Ao mesmo tempo, no **ativo circulante**, na **conta Sementes de Soja**, registra-se o **débito** no mesmo valor (ou seja, R\$ 10.000,00).*

Lembra-se do princípio das partidas dobradas? A cada crédito corresponde um débito, e vice-versa. Foi o que acabamos de fazer: um crédito de R\$ 10.000,00 e um débito de R\$ 10.000,00.

Lembre-se de que as empresas possuem outros dispêndios financeiros para a formação dessa lavoura de soja: mão de obra, combustível, fertilizantes, inseticidas, corretivos para o solo. Para cada um desses itens será realizado um novo lançamento contábil, não se esquecendo de que, para cada fato realizado pela empresa, precisa ser feito um **lançamento contábil** nos livros contábeis (Livro Diário e Livro Razão).

Veja mais alguns exemplos:

A empresa rural efetua a aquisição de máquinas para o uso na propriedade. O valor é de R\$ 15.000,00, pagos em dinheiro.

Verifique os lançamentos contábeis:

*No **ativo circulante**, registra-se o **crédito** na conta CAIXA (R\$ 15.000,00, por exemplo).*

*Ao mesmo tempo, no **ativo não circulante**, na **conta Máquinas**, registra-se o **débito** no mesmo valor (ou seja, R\$ 15.000,00).*

Lembra-se do princípio das partidas dobradas? A cada crédito corresponde um débito, e vice-versa. Foi o que acabamos de fazer: um crédito de R\$ 15.000,00 e um débito de R\$ 15.000,00.

Foram também adquiridos em dinheiro óleo diesel, adubos, corretivos, inseticidas e outros produtos necessários à formação da lavoura. O volume total foi de R\$ 10.000,00. Os lançamentos devem ocorrer da seguinte maneira:

No **ativo circulante**, registra-se o **crédito** na conta CAIXA (R\$ 10.000,00).

Ao mesmo tempo, no **ativo não circulante**, na conta **Estoques**, registra-se o **débito** no mesmo valor (ou seja, R\$ 10.000,00).

Até agora, já foram realizados desembolsos de R\$ 35.000,00.

Como ficaria o **balanço patrimonial da empresa rural**?

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
DISPONÍVEL	15.000,00		
ESTOQUES	25.000,00		
IMOBILIZADO	10.000,00	CAPITAL SOCIAL	50.000,00
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00

Até o momento, vimos como ocorrem os lançamentos da formação da empresa rural. Então, é uma boa hora para conhecer como os custos são classificados entre diretos e indiretos. Confira:

Custos diretos	Os custos diretos são aqueles que estão ligados diretamente ao produto. Por exemplo, a semente de soja está diretamente associada à lavoura de soja. Os fertilizantes utilizados também são custos diretos dessa lavoura.
Custos indiretos	Os custos indiretos são aqueles que não estão ligados diretamente ao produto. Por exemplo, o pagamento de armazenagem dos produtos e a despesa com o contador podem ser considerados custos indiretos.

Após estudar o fluxo contábil de culturas temporárias, o próximo passo é aprender que esse fluxo nas empresas rurais também se dá para culturas permanentes. Confira.

4. O que é o fluxo contábil em culturas permanentes?

Culturas permanentes são aquelas que permanecem na propriedade por vários anos, gerando receitas, custos e despesas durante sua vida útil.

Segundo Marion (2014), as culturas permanentes são aquelas que se mantêm vinculadas ao solo e proporcionam várias colheitas. Para efeitos práticos, atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de três anos. São exemplos:

- citricultura (laranjeira, limoeiro);
- cafeicultura;
- silvicultura (essências florestais, eucaliptos, pinos);
- oleicultura (oliveira para produção de azeitona);
- frutas arbóreas (maçã, pera, jaca, jabuticaba, goiaba, uva etc.).

Mas atenção! Lembre-se de que, normalmente, essas culturas não produzem no primeiro ano. Então, como os custos e as despesas dessas culturas serão classificados? Confira no exemplo:

Uma determinada empresa rural resolveu investir na plantação de eucaliptos destinados ao consumo de uma indústria de celulose que se instalou na região. Sabe-se que essa cultura demora pelo menos cinco anos para começar a produzir receitas.

A empresa vai necessitar de recursos financeiros para fazer frente aos gastos necessários à formação florestal. Suponha que a empresa rural busque financiamento bancário para a implantação dessa cultura. O banco empresta recursos financeiros necessários para o período de cinco anos no valor de R\$ 24.000,00 ao ano (os valores são ilustrativos).

A partir da situação apresentada, os lançamentos contábeis seriam assim:

DEBITA – CAIXA pela entrada de recursos liberados pelo banco:	R\$ 24.000,00
CREDITA – BANCOS conta Financiamento:	R\$ 24.000,00

Agora, a empresa tem os recursos financeiros necessários para a formação da floresta de eucaliptos no primeiro ano. Confira os gastos nessa fase:

- o primeiro gasto será com a correção do solo e a aquisição de fertilizantes e calcário;
- o segundo gasto será com a aquisição das mudas;
- o terceiro gasto será com mão de obra.

Todos esses três gastos são considerados custos, e a contrapartida será a conta Cultura Permanente.



Dica

No caso de cultura permanente, os custos para a formação serão classificados no **ativo não circulante** – conta **Imobilizado** –, pois serão bens que a empresa rural terá em seu patrimônio. Normalmente, os principais custos são: adubos, formicidas, fungicidas, herbicidas, mão de obra, encargos sociais, manutenção, arrendamento de equipamentos, preparo do solo, serviços de terceiros, mudas, irrigação, depreciação de equipamentos utilizados na cultura, entre outros.

Veja, agora, o passo a passo da contabilização, ainda dentro do exemplo anterior.

O primeiro lançamento contábil é:

CREDITA – CAIXA pelo pagamento dos fertilizantes e calcários	R\$ 7.000,00
DEBITA – CULTURA PERMANENTE	R\$ 7.000,00

O segundo lançamento contábil é:

CREDITA – CAIXA pelo pagamento das mudas	R\$ 7.000,00
DEBITA – CULTURA PERMANENTE	R\$ 7.000,00

O terceiro lançamento contábil é:

CREDITA – CAIXA pelo pagamento da mão de obra	R\$ 10.000,00
DEBITA – CULTURA PERMANENTE	R\$ 10.000,00

No início do exercício, foi visto que R\$ 24.000,00 era o investimento no primeiro ano (R\$ 7.000,00 + R\$ 7.000,00 + R\$ 10.000,00). A previsão é de que o ciclo da cultura seja de cinco anos. Portanto, o investimento de R\$ 24.000,00 será multiplicado por 5. Então, o total do investimento será de R\$ 120.000,00.

Como fica o **balanço patrimonial** dessa empresa rural para essa cultura?

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
IMOBILIZADO		FINANCIAMENTOS	
Floresta de eucalipto	R\$ 120.000,00		R\$ 120.000,00



Comentário do autor

No momento em que a floresta de eucaliptos for derrubada e comercializada, os investimentos realizados se tornarão Custos, e as vendas da madeira, Receitas.

E como fica a contabilização dessa floresta? Acompanhe o raciocínio:

- no projeto inicial, a floresta será consumida em cinco anos, portanto, 20% ao ano;
- o banco cobra juros de 5% sobre o capital emprestado;
- a floresta renderá a receita total de R\$ 500.000,00 em cinco anos.

Portanto, **no primeiro ano, a contabilização é:**

DEBITA – CAIXA PELA VENDA DA MADEIRA (500.000,00 / 5 anos = 100.000,00 por ano)	R\$ 100.000,00
CREDITA EXAUSTÃO DA FLORESTA – CUSTOS (120.000,00 / 5 anos)	R\$ 24.000,00
DEBITA JUROS BANCÁRIOS – DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 6.000,00
CREDITA CAIXA	R\$ 6.000,00

E, após esses lançamentos, como ficam as demonstrações contábeis?

Demonstrações contábeis	
RECEITAS COM A VENDA DE MADEIRA	R\$ 100.000,00
CUSTOS/EXAUSTÃO (120.000,00 / 5 ANOS)	R\$ 24.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS (120.000,00 X 5%)	R\$ 6.000,00
LUCRO DO EXERCÍCIO	R\$ 70.000,00

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE Disponível Caixa..... R\$70.000,00 NÃO CIRCULANTE Imobilizado Cultura Permanente..... R\$ 120.000,00	CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE Financiamentos.....R\$ 120.000,00
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	LUCROS..... R\$ 70.000,00
TOTAL DO ATIVO: R\$ 190.000,00	TOTAL DO PASSIVO: R\$ 190.000,00

Acompanhe, a seguir, como são analisados os conceitos de depreciação, exaustão e amortização.

5. O que é a depreciação, exaustão e amortização?

Neste tópico, você conhecerá as diferenças entre os termos “depreciação”, “exaustão” e “amortização” nas empresas rurais e como são utilizados na Contabilidade para o registro desses custos ou despesas.

Primeiro, conheça os conceitos de cada um dos termos:

Depreciação

A depreciação é um custo que incide sobre os bens tangíveis e corresponde à perda do valor desse bem em função do seu uso em um determinado período de tempo. Por exemplo: se uma máquina agrícola tem vida útil de cinco anos, essa máquina será depreciada em 20% ao ano ($100/5$), e o seu investimento será apropriado como custo nesse período.

Quando uma empresa rural comprar um determinado equipamento, na sua conta **Aquisição** ou **Investimento**, ele será registrado como um **bem do imobilizado**. O seu uso nas atividades diárias vai gerar custo/depreciação de 20% do valor do equipamento ao ano (se a vida útil for de cinco anos).

Amortização

A amortização é um custo que incide sobre os bens intangíveis e corresponde à perda do valor desse bem em um determinado período de tempo. Por exemplo, a utilização de uma terra arrendada em um período de cinco anos. O arrendamento será amortizado nesse período, e o seu gasto será apropriado como custo nesse período.

Quando uma empresa rural comprar ou arrendar uma leva de terras para a formação de uma floresta ou criação de gado, a sua **aquisição** ou **investimento** será classificada como um **bem do imobilizado**. O seu uso nas atividades diárias irá gerar custo/amortização dessa propriedade.

Exaustão

A exaustão, na Contabilidade, incide sobre os bens formados dentro de um determinado período. Para a formação de **bem** ou **cultura permanente**, foram realizados investimentos, os quais serão apropriados na Contabilidade como **custos**. O exemplo de que falamos anteriormente sobre a floresta de eucaliptos ilustra essa situação.

Segundo Marion (2014), pode-se, ainda, considerar os seguintes pontos práticos sobre os conceitos anteriormente vistos. Acompanhe:

Depreciação	Para as culturas permanentes (florestas, fruticultura, etc.), somente se pode falar em depreciação em caso de empreendimento próprio da empresa. Nessa hipótese, o custo de aquisição ou de formação da cultura é depreciado em tantos anos quantos forem necessários para a produção. Por exemplo: eucalipto (7 anos), café (20 anos), laranja (15 anos), uva (20 anos) etc.
Amortização	O termo amortização, por sua vez, é reservado para os casos de aquisição de direitos sobre empreendimentos de propriedade de terceiros, apropriando-se o custo desses direitos ao longo do período determinado/contratado para a exploração.
Exaustão	Quando se trata de floresta própria (ou vegetação em geral), o custo de sua aquisição ou formação (excluído o solo) será objeto de quotas de exaustão à medida que seus recursos forem esgotados. Aqui, não se tem a extração de frutos, mas a própria árvore é ceifada, cortada ou extraída do solo.

Para entender um pouco mais sobre o registro de depreciação, observe que, na Contabilidade Rural, as empresas rurais lançam nos seus demonstrativos contábeis (balanço patrimonial) a conta Ativos Biológicos. Mas o que são ativos biológicos?

Ativos biológicos são todas as culturas agrícolas que podem gerar receitas ou frutos, inclusive as florestas plantadas e cultivadas que vão gerar receitas com a venda da madeira.

FASE DA CULTURA PERMANENTE

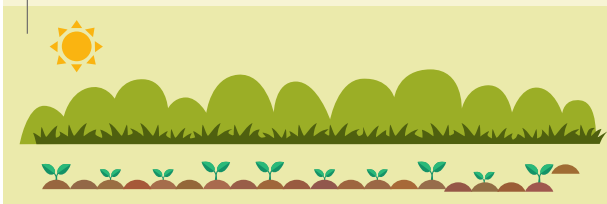
• PREPARAÇÃO DO SOLO

Destoca, gradagem, drenagem, calagem, adubação ...



• PLANTIO

Canteiros, sementes, mudas, plantio, replantio, enxertia, transplante, embalagem de mudas, transplante de mudas ...



• IRRIGAÇÃO

Rega, transporte de água, consumo de energia elétrica



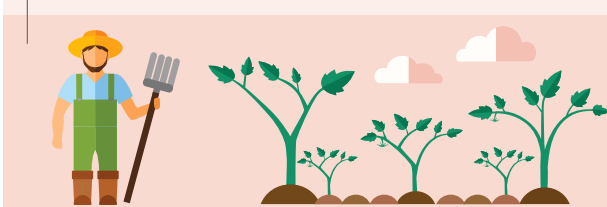
• TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO

Serviço de agrônomo e de terceiros, tratamento do solo, combate à formiga, herbicida, fungicida...



• MANUTENÇÃO

Poda, desbroto, capina ...



CULTURA PERMANENTE FORMADA

Nesse estágio, a plantação atingiu sua maturidade e está em condições de produzir. Esboça-se a primeira colheita, a primeira produção.

REGISTROS CONTÁBEIS

ATIVO NÃO CIRCULANTE

(Ativo Biológico)

CULTURA EM FORMAÇÃO

Por exemplo: café, laranja, eucalipto ...

XXXXXX	A contrapartida desses lançamentos será Disponível ou Contas a Pagar
XXXXXX	
XXXXXX	
XXXXXX	
XXXXXX	
YYYYY	YYYYY

O saldo da "Cultura em Formação" é transferido para "Cultura Formada".

▼ CULTURA FORMADA

(Ativo Biológico) - Tipo de plantação ...

YYYYY

Fonte: Adaptado de Marion (2014)

Como os ativos biológicos podem ser objeto de depreciação, eles precisam ser registrado nos livros contábeis (diário e razão). Portanto, segundo Marion (2014), toda cultura permanente que produzir frutos (ativos biológicos) será alvo de depreciação, visto que a árvore produtora não é extraída do solo – seu produto final é o fruto, e não a própria árvore.

Um cafeeiro, por exemplo, produz grãos de café (frutos) e se mantém intacto por um longo período. Mas por que o cafeeiro é depreciado? Podemos considerar que uma plantação de café tem vida útil de 10 anos, ou seja, ele produz durante um determinado período. Após esse período, a cultura precisa ser renovada. Portanto, é objeto da depreciação de 10% ao ano (100% / 10 anos).

A depreciação incidirá sobre todos os gastos que foram investidos na formação do cafezal. Por isso, a importância da Contabilidade Rural nas propriedades rurais e dos registros de todos os fatos contábeis nos livros diário e razão.

Taxas de depreciação

Segundo Marion (2014), o agrônomo, o veterinário e os técnicos agropecuários são as pessoas mais indicadas para prever a vida útil dos itens que compõem o ativo imobilizado de uma propriedade, considerando-se o clima, o solo, o tipo de manejo e a raça (no caso da pecuária), que varia de região para região.

O próprio Imposto de Renda, possivelmente considerando essas variáveis, não define taxas. De todo modo, o Imposto de Renda assegura à empresa o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação de seus bens, desde que se faça a prova da vida útil do bem determinado.

A seguir, você pode ver algumas tabelas com exemplos de taxas de depreciação.

Estimativa de duração de construções e melhoramentos das propriedades rurais		
Construções e melhoramentos	Duração em anos	Taxa de depreciação
Parede de tijolos coberta de telha	25	4%
Parede de madeira coberta de telha	15	6,67%
Parede de barro coberta de telha	10	10%
Parede de barro coberta de sapê	5	20%
Piso de tijolo cimentado	25	4%

(Continua)

Estimativa de duração de construções e melhoramentos das propriedades rurais

Construções e melhoramentos	Duração em anos	Taxa de depreciação
MELHORAMENTOS		
Linha de força e luz, telefone com postes de madeira	30	3,33%
Linha de força e luz, telefone com postes de ferro ou concreto	50	2%
Cercas de pau a pique	10	10%
Cercas de arame	10	10%
Rede de água (encanamentos)	10	10%
Cerca elétrica	10	10%

Fonte: MARION (2014).

Expectativa de vida produtiva de alguns animais/rebanhos

Animais	Vida média produtiva em anos	Taxa de depreciação
Reprodutores		
Bovinos	8	12,5%
Matrizes	10	10%
Suínos	4	25%
Animais de trabalho		
Burro de tração	12	8,33%
Cavalo de sela	8	12,5%
Boi de carro	5	20%

Fonte: MARION (2014).

Durabilidade de máquinas e equipamentos

Itens	Duração em anos	Taxa de depreciação
TRATORES		
De roda	10	10%
De esteira	10	10%
Microtrator	7	14,28%

(Continua)

Durabilidade de máquinas e equipamentos

Itens	Duração em anos	Taxa de depreciação
VEÍCULOS		
Caminhão	05	20%
Carroça	10	10%
Carro de bois	10	10%
Carreta de trator	15	6,67%
IMPLEMENTOS		
Ancinho	12	8,33%
Arado de discos e aiveca	15	6,67%
Grade de discos	15	6,67%
Carreta com pneus	15	6,67%
Semeadeira de linhas	15	6,67%
Semeadeira de grãos miúdos	20	5%
Cultivador	12	8,33%
Plaina	15	6,67%
Colhedora de algodão	8	12,5%
Colhedora de milho	10	10%
Combinada automotriz	10	10%
Combinada rebocada	10	10%
Grade de dentes e de molas	20	5%
Colhedeira de forragens	1	10
Ceifadeira	12	8,33%
Plantadeira	10	10%
Bico de pato (planet)	5	20%
Máquina de café	10	10%
Máquina de debulhar milho	10	10%
Desintegrador	20	5%
Picadeira de forragem	15	6,67%
Motores elétricos	15	6,67%
Serraria	20	5%

(Continua)

Durabilidade de máquinas e equipamentos

Itens	Duração em anos	Taxa de depreciação
Pulverizador	10	10%
Ensiladeira	7	14,28%
Polvilhadeira	10	10%
Ordenhadeira	10	10%
Carrinho de terreiro	8	12,5%
Roçadeira	10	10%
Encerado	6	16,67%
Secador de cereais	10	10% 3
Saco de colheita	3	3,33%
Adubadeira	8	12,5%
Jacá	2	50%
Riscador	6	16,67%
Rodo	2	50%
Arreio	6	16,67%

Fonte: MARION (2014).

Duração de algumas culturas permanentes

Cultura permanente	Número de anos	Taxa de depreciação
Amoreira (p/ bicho-da-seda)	20	5%
Banana	8	12,5%
Café	20	5%
Chá	20	5%
Figo	17	5,88%
Laranja	15	6,67%
Maracujá	5	20%
Pastagem formada (artificial) – exaustão	5	20%
Pêssego	17	5,88%
Uva	20	5%
Cana-de-açúcar – exaustão	5	20%

Fonte: MARION (2014).

Agora que você já conhece as principais taxas de depreciação, é um bom momento para aprender alguns exemplos de contabilização. Observe:

Na empresa rural, foram construídas paredes de tijolos cobertas com telhas (galpão). Nessa obra, foram investidos R\$ 100.000,00.

DEBITA IMOBILIZADO – Galpão	R\$ 100.000,00
CREDITA CAIXA (creditamos a conta CAIXA pelos pagamentos aos pedreiros, pela compra do material etc.)	R\$ 100.000,00

A depreciação será contabilizada conforme a primeira tabela, vista anteriormente, pelo percentual de 4% ao ano.

DEBITA – CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO	R\$ 4.000,00
CREDITA DEPRECIAÇÃO (CONTA RETIFICADORA DO IMOBILIZADO)	R\$ 4.000,00

O segundo exemplo é o caso da formação de um pomar de laranjas.

A empresa rural formou um laranjal. Foram investidos/gastos com mão de obra, aquisição das mudas, correção do solo, adubação, utilização de inseticidas e outros produtos que se utilizam nesse tipo de cultura. O total do investimento foi de R\$ 100.000,00.

DEBITA IMOBILIZADO	R\$ 100.000,00
CREDITA CAIXA (creditamos a conta CAIXA pelos pagamentos dos custos de formação do pomar)	R\$ 100.000,00

Contabilize, novamente, a depreciação conforme a primeira tabela que vimos anteriormente pelo percentual de 6,67% ao ano.

DEBITA – CUSTOS COM DEPRECIAÇÃO	R\$ 6.670,00
CREDITA DEPRECIAÇÃO (CONTA RETIFICADORA DO IMOBILIZADO)	R\$ 6.670,00

A **taxa** normal de depreciação será registrada na escrituração comercial, e o complemento para atingir o valor integral do bem constituirá exclusão para fins de determinação da base de cálculo do imposto correspondente à atividade rural.

A vida útil de um determinado bem ou direito está diretamente relacionada com o período de tempo no qual ele será utilizado nas operações para as quais ele foi adquirido ou formado.

Taxa

A taxa, ou quota, relaciona-se diretamente ao percentual a ser aplicado no cálculo. Quota é a parcela de depreciação, amortização ou exaustão definida em porção monetária (R\$).



Comentário do autor

O valor residual de um determinado bem ou direito é o valor monetário, real e compatível com o mercado, após o término de sua vida útil. Por exemplo, um trator que não pode mais funcionar pode ser vendido como ferro-velho.

Encerramento do tópico

Este tópico abordou a forma como são realizados os lançamentos contábeis e em quais os livros são feitos os registros de todos os fatos contábeis que ocorrem nas empresas rurais. Você teve a oportunidade de entender o método das partidas dobradas, os tipos de culturas existentes nas propriedades rurais e o fluxo básico dos registros contábeis. Você também viu os conceitos de depreciação, amortização e exaustão, como ocorrem no agronegócio e qual a importância de cada um deles. No próximo tópico, você conhecerá o Plano de Contas e como ele auxilia os profissionais da Contabilidade a elaborarem os demonstrativos.

Tópico 2: Plano de Contas

Para que os gestores possam acompanhar todas as etapas dos processos de produção, é importante conhecer todos os itens que as compõem, e a Contabilidade tem uma participação importante nesse gerenciamento.

Segundo Crepaldi (2012), o objetivo do Plano de Contas é estudar, registrar e controlar a gestão econômica do patrimônio das empresas.

Com o Plano de Contas completo, será possível o acompanhamento dos resultados obtidos em cada uma das atividades desenvolvidas nas empresas rurais. Por exemplo, em uma determinada produção, o gerente ou proprietário poderá saber se aquela área é lucrativa ou deficitária e, assim, poderá criar mecanismos que possam otimizar os custos e as despesas ou maximizar a produção.

1. Finalidade de um Plano de Contas

O Plano de Contas é importante, pois colhe e registra os dados de custos de forma organizada e sistemática para proporcionar o cálculo de custos dos produtos vendidos e também o valor dos estoques.

Sabe-se que o preço dos produtos é definido pelo mercado – o produtor não tem poder para estipular o valor do seu produto. Dessa forma, o gerenciamento dos insumos e da mão de obra utilizados nos processos, que determinarão os custos de produção, são itens que vão definir a viabilidade econômica da propriedade rural.

Assim, os Planos de Contas objetivam organizar os lançamentos dos fatos contábeis, na forma de custos de produção, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica dos negócios rurais.

2. Especificidades contábeis das empresas agrícolas

Confira um resumo com as principais contas do balanço patrimonial. A tabela a seguir traz uma listagem completa.

1.ATIVO	2. PASSIVO
1.1 CIRCULANTE 1.1.1 DISPONÍVEL 1.1.2 CLIENTES 1.1.3 CRÉDITOS DIVERSOS 1.1.4 ESTOQUES 1.1.4.1 MATÉRIA-PRIMA 1.1.4.2 PRODUTOS EM ELABORAÇÃO 1.1.4.3 PRODUTOS ACABADOS 1.1.4.4 ALMOXARIFADO 1.1.5 ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	2.1 CIRCULANTE 2.1.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 2.1.2 FORNECEDORES 2.1.3 IMPOSTOS A PAGAR 2.1.4 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR 2.1.5 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES 2.2 NÃO CIRCULANTE 2.2.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2 NÃO CIRCULANTE 1.2.1 CRÉDITOS DIVERSOS 1.2.2 INVESTIMENTOS 1.2.3 IMOBILIZADO 1.2.4 INTANGÍVEL	3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 3.1 CAPITAL SOCIAL 3.2 RESERVAS DE LUCROS

Essa estrutura é idêntica à de outras empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviço. Assim, do ponto de vista da sua estrutura básica, o balanço patrimonial é o mesmo para qualquer tipo de empresa. As diferenças estão no detalhamento dos itens que compõem cada conta, conforme será visto na sequência.

3. Plano de Contas para as empresa agrícolas

Note, na tabela anterior, que no item **Estoques** há: matéria-prima, produtos em elaboração, produtos acabados e almoxarifado. Isso porque, a cada etapa da produção, registra-se o produto em estoque. Para entender melhor, veja cada um deles e sua respectiva aplicação no Plano de Contas:

Matéria-prima

A matéria-prima nas indústrias é todo o material que será utilizado no processo fabril. Nas empresas rurais, eles serão as sementes, os adubos, os herbicidas, ou seja, todos os insumos que serão usados na formação de uma determinada cultura.

No Plano de Contas, fica da seguinte forma:

1.1.4 ESTOQUES (EMPRESA AGRÍCOLA)
1.1.4.1 INSUMOS
1.1.4.1.1 SEMENTES
1.1.4.1.2 ADUBOS
1.1.4.1.3 HERBICIDAS

Produtos em elaboração

Trata-se de todo material que está em fase de transformação em produto final. Por exemplo, na indústria cervejeira, a cerveja em maturação/fermentação é um produto em elaboração. Nas empresas rurais, os produtos em elaboração serão as safras em andamento: uma plantação de soja, milho, feijão etc., pois enquanto a planta está no campo, ela está em formação/ crescimento.

No Plano de Contas, fica da seguinte forma:

1.1.4 ESTOQUES (EMPRESA AGRÍCOLA)
1.1.4.2 CULTURAS TEMPORÁRIAS
1.1.4.2.1 SOJA
1.1.4.2.2 MILHO
1.1.4.2.3 FEIJÃO

Produtos acabados

Esse item nas indústrias é todo o produto pronto para a venda, por exemplo, a cerveja já engarrafada. Nas empresas rurais, o produto acabado são os grãos no depósito ou silo já armazenados prontos para serem comercializados, ou ainda o leite nos resfriadores ou o boi-gordo pronto para a venda.

No Plano de Contas, fica da seguinte forma:

1.1.4 ESTOQUES (EMPRESA AGRÍCOLA)
1.1.4.3 PRODUTOS AGRÍCOLAS
1.1.4.3.1 SOJA
1.1.4.3.2 MILHO
1.1.4.3.3 FEIJÃO

Almoxarifado

Esse item nas indústrias é todo aquele produto que não faz parte do produto final, por exemplo, os produtos de limpeza, combustíveis etc. Nas empresas rurais, os estoques de almoxarifado são aqueles não fazem parte da cultura, por exemplo, os combustíveis, os óleos lubrificantes, as peças sobressalentes etc.

No Plano de Contas, fica da seguinte forma:

1.1.4 ESTOQUES (EMPRESA AGRÍCOLA)
1.1.4.4 ALMOXARIFADO
1.1.4.4.1 COMBUSTÍVEL
1.1.4.4.2 ÓLEO LUBRIFICANTE
1.1.4.4.3 PEÇAS SOBRESSALENTES

De acordo com a etapa da produção, a conta **Imobilizado** também muda. Observe:

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.3 IMOBILIZADO
1.2.3.1 ATIVOS BIOLÓGICOS – CULTURA PERMANENTE EM FORMAÇÃO
1.2.3.1.1 UVA
1.2.3.1.2 LARANJA
1.2.3.1.3 EUCALIPTO
1.2.3.1.4 PASTAGEM

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.3 IMOBILIZADO

1.2.3.2 ATIVOS BIOLÓGICOS – CULTURA PERMANENTE FORMADA

1.2.3.2.1 UVA

1.2.3.2.2 LARANJA

1.2.3.2.3 EUCALIPTO

1.2.3.2.4 PASTAGEM

As terras, as benfeitorias, os açudes e as estradas também fazem parte do **Imobilizado** das empresas agrícolas:

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.3 IMOBILIZADO

1.2.3.3 TERRAS

1.2.3.4 FLORESTAS NATIVAS

1.2.3.5 AÇUDES/BARRAGENS

1.2.3.6 ESTRADAS

1.2.3.7 EDIFICAÇÕES

1.2.3.7.1 CASAS

1.2.3.7.2 SILOS

1.2.3.7.3 ARMAZENS e GALPÕES

Muitas propriedades possuem animais de tração e pastoreio utilizados na lida diária do campo. Eles são assim lançados no ativo:

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.3 IMOBILIZADO

1.2.3.8 ANIMAIS DE TRABALHO (SEMOVENTES)

1.2.3.8.1 BOVINOS

1.2.3.8.2 EQUINOS

Até aqui, você pôde compreender a utilidade e a finalidade do Plano de Contas em uma propriedade rural e como os profissionais da Contabilidade utilizam essa ferramenta para elaborar os demonstrativos contábeis. Para aprofundar seus conhecimentos, veja no próximo tópico como é elaborado o inventário rural.

Tópico 3: Inventário Rural

Conhecer os itens que compõem o patrimônio de uma propriedade rural é muito importante. Você verá, aqui, como mensurar (medir) o que cada item de uma propriedade representa em termos de valor, custos de manutenção (depreciação) e desgaste (exaustão), e também como controlar esses itens. A partir desse conhecimento, é possível um melhor gerenciamento da propriedade, aumentando a lucratividade da empresa rural.

1. Itens que compõem o patrimônio da propriedade rural

Todos os bens que existem nas propriedades rurais devem ser relacionados no inventário rural. Desde os pequenos itens até os mais relevantes devem ser catalogados e mensurados (definindo-se um valor) para que o gestor ou proprietário rural tenha um valor de tudo o que a empresa rural possua.



Fonte: Shutterstock

Muitos itens podem passar despercebidos quando o levantamento é realizado, ou ainda podem-se atribuir valores subavaliados ou sobreavaliados. Por isso, é preciso ter em mente o princípio da Prudência, que irá ajudar a definir os valores de cada item da propriedade rural.

Você pode se perguntar, por exemplo:

- Qual o valor de uma árvore frutífera em uma propriedade rural?
- Qual o valor de uma fonte de água?
- Qual o valor de um córrego?
- Qual o valor das terras mecanizadas?
- Qual o valor das terras não mecanizadas?
- Qual o valor do nome da propriedade?

Esses são apenas alguns casos. Há outros itens que precisam ser catalogados e ter seus valores definidos para que a propriedade, por meio dos demonstrativos contábeis, mostre qual o seu valor monetário em um determinado momento.

2. Por onde iniciar o inventário rural?

No início, o gestor ou proprietário poderá ter certa dificuldade se não tiver um profissional capacitado para auxiliá-lo. O levantamento dos bens de uma propriedade e de todos os itens que a compõem pode ser realizado de forma manual (levantamento físico/contagem) ou com o auxílio de *softwares* ou ferramentas, como aqueles que você viu na Unidade Curricular Introdução à Informática.

Todos os itens serão classificados no balanço patrimonial como ativo circulante e ativo não circulante. Portanto, após a contagem e a anotação de cada um deles, deve-se determinar o seu valor.

Confira alguns exemplos de itens existentes em uma propriedade rural:

Quantidade de animais	Bovinos, ovinos, equinos, aves.
Máquinas	Plantadeiras, tratores, colheitadeiras, veículos etc.
Imóveis	Casas, galpões, galinheiros, maternidades de animais etc.
Estoques de materiais	Sementes, adubos, herbicidas etc.
Outros	Levantamento de florestas nativas, florestas de replantio, córregos, fontes de águas, lagos, terras de plantio etc.



Legenda: Animais também contam como ativo e devem ser incluídos no inventário rural.

Fonte: Shutterstock

Em relação ao inventário rural, deve-se considerar que a propriedade rural também possui obrigações, dívidas e compromissos. Todos esses itens devem ser relacionados no inventário.



Comentário do autor

Lembre-se de que as obrigações podem vencer mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou de forma anual. Ao final do processo, o gestor da propriedade rural saberá qual é o patrimônio total da empresa. Para isso, ele terá que fazer a subtração de todas as dívidas de todos os bens e direitos que a propriedade possui.

Depois de finalizar o levantamento, podem-se ter dois cenários:

Resultado positivo

Neste caso, o gestor da propriedade rural pode manter as atividades funcionando como estão, mas lembre-se de que novos investimentos serão sempre necessários.

Resultado negativo

A propriedade pode estar deficitária (muitas dívidas) e com poucos bens e direitos. Nesse caso, é necessário que se faça algo para resolver o que estiver gerando resultado negativo.

3. Controle do patrimônio da propriedade rural

O gerenciamento do patrimônio da propriedade rural é um aspecto importante de tomadas de decisões. Repare que, a partir do momento em que se têm catalogados todos os itens de uma propriedade rural, pode-se acompanhar e tomar ações corretivas e tempestivas no sentido de sanear eventuais falhas ou melhorar os processos que estejam corretos. Portanto, o controle do patrimônio pode trazer benefícios.

4. Quais são os benefícios do inventário rural?

O levantamento de todos os itens da propriedade será importante para o seu gerenciamento. O gestor terá conhecimento de tudo o que tem na propriedade e também poderá fazer mudanças nos preços das diversas culturas, assim como controlar a entrada e a saída dos itens que compõem o patrimônio.

Confira algumas vantagens para os seguintes pontos:



Administrar os bens de maneira integrada ajuda a entender não apenas o que cada um dos produtos está gerando, mas também oferece a possibilidade de melhorar os ganhos, proporcionando crescimento da propriedade em busca de resultados cada vez mais expressivos.

Repare que, a partir do acompanhamento detalhado de cada um desses itens (normalmente, com a utilização de *software* de controle para o agronegócio), o gestor consegue ter informações completas de todas as fases da cadeia de produção, e, com isso, é possível entender detalhadamente quais são os passos que podem ser melhorados, quais são as fases da cadeia que estão causando prejuízo e em quais fases vale mais a pena investir por oferecerem ganhos mais interessantes.

O controle de estoque é outro benefício do inventário rural. Há dois aspectos a serem observados:

- um deles é o estoque que você acumula para viabilizar a sua produção;
- o outro é o estoque que você produz e que depois é distribuído para seus compradores.



Fonte: Shutterstock

Em ambos os casos, o uso de *softwares* de controle para o agronegócio permitirá que você tenha a noção real do que está gerando de lucro e de prejuízo, podendo prever perdas, analisar grandes demandas e planejar o uso racional de seu estoque. Isso traz diversos benefícios em vários sentidos, tanto para a sua produção quanto para as suas vendas. Pelo controle de estoque da propriedade rural, o gestor toma a decisão no momento correto para novos investimentos e de forma segura.



Comentário do autor

O inventário rural também permite fazer a gestão das máquinas e dos equipamentos agrícolas. Esses itens são fundamentais para a produção e a viabilidade do negócio, tanto que o seu não funcionamento pode causar prejuízos – mais do que não produzir, uma máquina que dá problema implica em gastos com manutenção, que, em muitos casos, pode ser bem cara.

Com o controle se consegue acompanhar a produtividade de determinado equipamento e, com isso, programar o período das manutenções preventivas. Com paradas planejadas, fica mais fácil relocar a produção, garantindo assim que não ocorram perdas significativas na produtividade do empreendimento rural. Esse tipo de gestão é importante tanto para evitar prejuízo na reforma de máquinas, quanto para impedir que a produtividade seja colocada em risco pela falta de equipamentos no momento da colheita. Confira, a seguir, um exemplo:

Uma propriedade rural denominada **FAZENDA BOM CAFÉ LTDA.**, em 31/12/2014, resolve elaborar um inventário geral de todos os bens, direitos e obrigações, conforme a tabela a seguir:

FAZENDA BOM CAFÉ LTDA. INVENTÁRIO GERAL EM 31/12/2014 EM R\$		
Discriminação	Valor unitário	Valor total
Saldo em CAIXA		50.000,00
Saldo em bancos		150.000,00
Uma máquina de beneficiamento de café		500.000,00
50 sacas de café arábica	300,00	15.000,00
Direito de cobrar pela venda de 100 sacas café arábica da última safra	300,00	30.000,00
Galpões com área de 400 m ² , avaliados por uma empresa de engenharia em R\$ 400.000,00, conforme Laudo de Avaliação		400.000,00
100 sacos de adubos para utilização na próxima safra de café	100,00	10.000,00
1.500 kg de calcário	4,00	6.000,00
20 latas de 20 litros de defensivo	500,00	10.000,00
20 peças de ferramentas individuais (enxadas, pás, foices)	10,00	200,00
Empréstimos no Banco do Brasil com vencimento em 30/6/2015		50.000,00
Obrigações com fornecedores diversos		26.000,00
Um trator marca Massey Ferguson adquirido em 2014, conforme nota fiscal		100.000,00
Área de terra cultivável com 250.000 m ²		1.250.000,00

Encerramento do tópico

Este tópico abordou os itens que compõem o patrimônio dos empreendimentos rurais. Você viu que, para realizar o inventário, é necessário que o profissional conheça os conceitos de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e custos. Dessa forma, o levantamento físico dos itens pode ser realizado com o valor correto. A partir da coleta dessas informações e da definição dos valores, as demonstrações contábeis poderão ser úteis para a administração do agronegócio.

Tópico 4: Principais Demonstrações Contábeis

Nas empresas rurais, as demonstrações contábeis refletem aos usuários as situações financeira e patrimonial da empresa rural. A partir dessas informações, os usuários podem tomar decisões gerenciais ou, pelo menos, auxiliar nessas decisões.

Os usuários internos, que são os gestores (gerentes), os proprietários e os demais empregados, podem ver os resultados da empresa – como a rentabilidade, a evolução do patrimônio, o aumento da atividade em termos de receitas, o aumento das áreas cultivadas, do rebanho e dos ativos biológicos, e todos os aspectos das empresas rurais. Essas informações são extraídas das demonstrações contábeis: **balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício**.

Os usuários externos, que são os investidores nas empresas, os fornecedores, as instituições financeiras, os órgãos governamentais, os órgãos fiscalizadores, os sindicatos e a sociedade civil organizada, também podem buscar nas demonstrações contábeis informações para acompanhar os resultados que as empresas rurais podem fornecer a eles.

Então, que tal conhecer melhor as demonstrações contábeis?

1. Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é um relatório contábil que apresenta o saldo de todas as contas patrimoniais de uma determinada empresa no final do exercício social evidenciando quantitativa e qualitativamente a sua posição financeira.

Segundo Marion (2004), o balanço patrimonial reflete a posição financeira de uma empresa em determinado momento, normalmente no final do ano ou de um período pré-fixado. É como se fosse tirada uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, os valores a receber e os valores a pagar em determinada data.

O balanço patrimonial é uma das principais peças contábeis e tem algumas características que precisam ser observadas:

- o título: BALANÇO PATRIMONIAL;
- o nome da empresa;
- a data do encerramento;
- a moeda em que foi elaborado, por exemplo: real (R\$);



Informações extras

Segundo a Lei das S.A. (sociedades anônimas), as demonstrações de cada exercício deverão ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes do exercício anterior. Sendo assim, o balanço patrimonial, bem como todas as demonstrações financeiras serão apresentados em duas colunas: exercício atual e exercício anterior. Com essa apresentação, os usuários das demonstrações contábeis poderão observar os valores de um ano para o outro, propiciando uma comparação entre os dois exercícios, facilitando assim o processo de tomada de decisão.

Veja o que estabelece o artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das sociedades por ações), alterado pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória 449/2008:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) Ativo circulante;*
- b) Ativo não circulante;*
 - b1) Ativo realizável a longo prazo;*
 - b2) Ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível.*

Nota de atualização: *a partir da alteração da legislação societária promovida pela Lei nº 11.638/07, o ativo intangível deve figurar no balanço patrimonial das empresas como subgrupo de ativo permanente, cujo objeto são os bens intangíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado.*

§2º No passivo, as contas serão classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, nos seguintes grupos:

- a) Passivo circulante;*
- b) Passivo não circulante;*
 - b1) Passivo exigível a longo prazo;*
 - c) Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.*

§3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

2. Aplicações do balanço patrimonial

Pode-se dizer que a aplicação fundamental do balanço patrimonial é fornecer informações econômico-financeiras aos usuários internos e externos sobre a empresa. Segundo Crepaldi (2012), a finalidade do balanço patrimonial é dispor os dados do ativo, do passivo e do patrimônio líquido de forma sintética, possibilitando, às pessoas interessadas, conhecer a situação patrimonial e realizar **a análise de suas mutações e configurações**.

BALANÇO PATRIMONIAL FAZENDA BOM CAFÉ LTDA. (EM MIL R\$)			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponível	500	Fornecedores	400
Adubos	1.000	Salários	200
Sementes	1.500	Impostos	150
Defensivos	800	Financiamentos	850
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	5.000	Financiamentos de máquinas	800
Terras			
Benfeitorias (casa, galpão, silos)	2.000		
Cafezal	1.000		
Máquinas	1.200		
Móveis e utensílios	200		
TOTAL	13.200		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	7.000
		Lucros acumulados	3.800
		TOTAL	13.200

Após conhecer o balanço patrimonial, você verá outra demonstração contábil que retrata o desempenho financeiro das entidades: a demonstração do resultado do exercício – DRE.

3. Demonstração do resultado do exercício



A demonstração do resultado do exercício – DRE é um relatório contábil que mostra o **desempenho financeiro** de uma determinada empresa em um determinado período, elaborado em conjunto com o balanço patrimonial.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a DRE deve ser apresentada da seguinte forma:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de produtos
Vendas de mercadorias
Prestação de serviços

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Devoluções de vendas
Abatimentos
Impostos e contribuições incidentes sobre vendas

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CUSTOS DAS VENDAS

Custo dos produtos vendidos
Custo das mercadorias
Custo dos serviços prestados

= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com vendas
Despesas administrativas

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas financeiras
(-) Receitas financeiras
Variações monetárias e cambiais passivas
(-) Variações monetárias e cambiais ativas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Venda de bens e direitos do ativo não circulante
(-) Custo da venda de bens e direitos do ativo não circulante
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

(-) Debêntures, empregados, participações de administradores, partes beneficiárias, fundos de assistência e previdência para empregados

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

4. Itens da Demonstração do Resultado do Exercício

Como você viu, a demonstração do resultado do exercício é composta por uma série de informações contábeis diferentes. Confira, a seguir, um detalhamento sobre cada item da DRE de acordo com a legislação vigente.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de produtos
Vendas de mercadorias
Prestação de serviços

Na **receita operacional bruta** estão demonstradas as receitas da atividade principal da empresa rural. Por exemplo, se a atividade da entidade é o plantio de sementes, a venda de sementes será classificada como receita operacional bruta, incluindo todos os impostos incidentes. As receitas com as **vendas de mercadorias** são aquelas que não estão relacionadas à produção, por exemplo, a comercialização de algum produto (adubos, herbicidas). Em **vendas de serviços**, é possível classificar os trabalhos realizados fora da propriedade, com máquinas colheitadeiras, por exemplo.

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Devoluções de vendas
Abatimentos
Impostos e contribuições incidentes sobre vendas

Essas **deduções** se referem, principalmente, aos impostos que são incidentes sobre os produtos, as mercadorias e os serviços. A entidade é uma depositária dos impostos – ela recebe os impostos e os repassa aos órgãos competentes; não é um encargo da empresa.

Após as deduções, serão obtidas as **receitas líquidas das atividades**, ou seja, o que efetivamente entrou de recursos financeiros no caixa da empresa.

(-) CUSTOS DAS VENDAS

Custo dos produtos vendidos
Custo das mercadorias
Custo dos serviços prestados

No item seguinte, têm-se os **custos das vendas**. Conforme você estudou, os custos são todos os dispêndios financeiros (gastos) que estão diretamente ligados ao produto, à mercadoria ou aos serviços prestados. Podem-se citar como exemplo os gastos realizados com as sementes

utilizadas no plantio da lavoura de soja. Os **custos com mercadorias** seriam aqueles de aquisição do produto que foi comercializado (adubos, sementes, herbicida), e os **custos com os serviços** prestados seriam mão de obra, óleo diesel, lubrificantes etc.

A partir desse momento, com a dedução dos **custos**, chega-se ao **resultado operacional bruto** ou **lucro bruto**, ou seja, o quanto que a empresa obteve de resultado sem considerar as despesas operacionais e as despesas financeiras.

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com vendas

Despesas administrativas

As **despesas com vendas** são aquelas que estão relacionadas à comercialização dos produtos da empresa, por exemplo, as comissões sobre a intermediação. As **despesas administrativas** são aquelas que não estão ligadas diretamente à produção da empresa rural. São gastos realizados para manter as atividades, como despesas com telefone, o pessoal de controle e fiscalização, alimentação (cantina), manutenção da sede da empresa etc.

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas financeiras

(-) Receitas financeiras

Variações monetárias e cambiais passivas

(-) Variações monetárias e cambiais ativas

Outro elemento que compõe a DRE são as **despesas financeiras líquidas**. Nesse item, constam as **receitas** e as **despesas financeiras** que a empresa rural teve durante o exercício.

- As **receitas financeiras** são os juros recebidos pela aplicação dos recursos financeiros nas instituições financeiras.
- As **despesas financeiras** são os juros, as tarifas e as variações monetárias incidentes sobre as operações contratadas nas instituições financeiras, tais como financiamentos para custeio, juros pagos sobre a utilização de cheque especial, taxa de abertura de crédito – TAC etc.

Observe, ainda, que constam outros dois itens no quadro anterior. São as **variações monetárias** e as **cambiais passivas e ativas**. Quando a empresa rural possui em seu ativo ou passivo um bem que esteja indexado ou cotado em moeda estrangeira, conforme a variação dessa moeda, esse resultado será classificado nesse item. Por exemplo, em caso de a empresa rural ter contratado uma operação de empréstimos cotada em dólares: se o dólar ficar mais caro, ela terá aumento no valor de sua dívida em dólar.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Um item que também consta na Demonstração do Resultado do Exercício das empresas rurais são as **outras receitas ou despesas**. Nesse item, são registradas as receitas e as despesas obtidas com a venda de subprodutos da propriedade rural. Por exemplo, em uma entidade produtora de suínos, o subproduto seria o esterco produzido pelo plantel, o qual pode ser comercializado nas comunidades para adubação orgânica.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Venda de bens e direitos do ativo não circulante

(-) Custo da venda de bens e direitos do ativo não circulante

= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Bem, o próximo item a ser citado são as atividades não operacionais, ou seja, aquelas que não estão na atividade da empresa rural. Nesse item, serão encontrados o **resultado da equivalência patrimonial** e o **resultado da venda de bens e direitos do ativo não circulante**.

Equivalência patrimonial é quando a empresa possui investimentos/participações em outras empresas. Nesse caso, havendo valorização da empresa investida, haverá aumento nos direitos que a empresa investidora possui.

Com relação ao **resultado da venda de bens e direitos do ativo não circulante** da empresa, ele ocorre quando a empresa vende algum bem, máquina, equipamento etc. Como esses bens têm um gasto de aquisição, se a empresa vender por preço superior ao de aquisição, ela obterá lucro.

Já chegando ao final do detalhamento de uma DRE, pode-se conferir o **resultado operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro**. É sobre esse resultado que incidirão o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

(-) Debêntures, empregados, participações de administradores, partes beneficiárias, fundos de assistência e previdência para empregados

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

No último item da DRE, encontra-se, também, a participação dos **debenturistas**, dos empregados, das participações de administradores, das partes beneficiárias e dos fundos de assistência e previdência para empregados.

Debenturistas

Debêntures são títulos emitidos pelas empresas e vendidos no mercado. Normalmente, a remuneração é uma taxa de juros pré-fixada e uma participação no resultado das empresas. É uma forma que as empresas possuem de captar recursos financeiros dos investidores.

Agora que você sabe como se chega ao **resultado líquido do exercício**, veja quem pode ter participação nos resultados da empresa:

- as partes beneficiárias, que são representadas pelos proprietários das empresas;
- os fundos de assistência e previdência para empregados, que normalmente são entidades que realizam investimentos nas empresas e, com os resultados obtidos (lucro), também têm uma participação;
- os empregados, que podem ser “premiados” com um abono salarial como forma de incentivo quando ocorrer uma safra boa e com bons preços. É a chamada “participação no resultado” das empresas rurais.

Encerramento do tópico

Neste tópico, você pôde compreender a utilidade e a finalidade dos dois principais demonstrativos contábeis – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Você conheceu os principais grupos de contas que compõem esses dois demonstrativos e a importância que eles têm na tomada de decisões dos gestores financeiros e administrativos das empresas rurais. No próximo tópico, você conhecerá o fluxo de caixa.

Tópico 5: O que é Fluxo de Caixa?

Neste tópico, você irá estudar a importância do fluxo de caixa nas empresas rurais, bem como quais são os regimes de caixa utilizados, a estrutura da demonstração de fluxos de caixa (métodos direto e indireto) e a análise dos fluxos de caixa no agronegócio.

1. O que é regime de caixa e regime de competência ?

O regime de competência considera o valor das vendas geradas no período (incluindo as vendas a prazo), enquanto o regime de caixa considera apenas o valor das vendas recebidas (encaixe).



Fonte: Shutterstock

No que tange à despesa, o regime de competência considera as despesas consumidas no período (incluindo as compras a prazo), enquanto o regime de caixa considera apenas as despesas pagas (desembolsadas).

2. Qual é a Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC?

Segundo Marion (2014), a DFC é dividida em três grupos:

Atividade operacional	Envolve a produção e a venda de bens e serviços relativos à atividade operacional da empresa. No setor rural, haveria necessidade de subtrair, além das despesas operacionais pagas, a retirada de dinheiro para a manutenção da família, que corresponde aos seus salários de trabalho e administração.
Atividade referente ao investimento	Focaliza o fluxo de caixa para compra e venda de bens de capital (máquinas, implementos agrícolas), animais de reprodução (criação), planos de aposentadoria etc.
Atividade de financiamento	Inclui os financiamentos, os empréstimos, as amortizações da dívida, o capital dos proprietários, as operações com leasing etc.

Dessa forma, a DFC revela associações entre essas três categorias. Por exemplo, as operações de novos financiamentos e empréstimos estão ligadas aos pagamentos realizados no período referente a esse tipo de dívida contraída no passado, na seção “atividade de financiamento”.

Dentro da seção “atividade operacional”, há a indicação da disponibilidade do caixa para cobrir as despesas, os juros, as retiradas da família etc. Pode-se ver, ainda, se a geração de caixa está sendo suficiente para cobrir os financiamentos na seção “atividades financeiras”, e assim sucessivamente.

Essa demonstração financeira DFC pode ser elaborada por dois métodos: o método direto e o indireto.

Método direto

O **método chamado direto** tem como principal vantagem mostrar as entradas (receitas) e as saídas (despesas) do caixa operacional. O conhecimento desses montantes facilita a projeção de fluxos futuros. A comparação da DFC com o fluxo econômico é recomendada pelos profissionais.

Como o método direto se apresenta graficamente?

ATIVIDADES OPERACIONAIS
Receita operacional recebida (-) Despesas operacionais pagas: De vendas Administrativas Financeiras (juros etc.)
Caixa gerado no negócio + Outras receitas recebidas (-) Outras despesas pagas (-) Imposto de Renda e contribuições pagas
CAIXA LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
Aquisição de não circulante (-) Vendas de não circulante
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Novos financiamentos Aumento de capital social em dinheiro (-) Dividendos
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Fonte: Adaptado de MARION (2004).

Método indireto

Segundo Marion (2014), o **método chamado indireto** tem como principal diferença começar com o lucro líquido à base do regime de competência e os ajustes das transações das receitas e das despesas que não afetam o caixa, mas que refletirão no resultado econômico, fazendo assim uma reconciliação entre os dois fluxos no que tange às atividades operacionais.

A principal vantagem do método indireto é que focaliza a diferença entre o lucro líquido econômico (na DRE) e o lucro líquido financeiro (na DFC) considerando as atividades operacionais.

A primeira finalidade da DFC pelo método indireto é prover informações sobre o desempenho do negócio por meio da apuração do resultado (lucro ou prejuízo) dos seus componentes.



Comentário do autor

Os interessados nas informações da DFC pelo método indireto são os investidores, os credores e outros preocupados com uma avaliação prospectiva do fluxo líquido de caixa. Eles querem saber quanto vão ganhar no futuro acima de qualquer outra informação.

Como os investidores buscam resultado em longo prazo, demonstrações financeiras que apresentam somente receitas e pagamentos do caixa durante um período de tempo, como um ano, por exemplo, não podem indicar de forma adequada se o desempenho do negócio está com o sucesso desejado.

Segundo Marion (2014), para estruturar esse método indireto, é necessário fazer alguns ajustes no lucro líquido obtido na demonstração do resultado à base de competência para se comparar com o fluxo gerado pelo caixa.

Graficamente, o método indireto se apresenta da seguinte forma:

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido (**Obtido na DRE – fluxo econômico**)

(+) Depreciação e outras despesas econômicas (não afetam o caixa)

Ajustes por mudança no ativo circulante

Aumento/Diminuição em Duplicatas a Receber

Aumento/Diminuição em Estoques etc.

Ajustes por mudança no passivo circulante

Aumento/Diminuição em Fornecedores

Aumento/Diminuição em Salários a Pagar etc.

Caixa líquido nas Atividades Operacionais

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição de não circulante
(-) Vendas de não circulante

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Novos financiamentos
Aumento de capital social em dinheiro
(-) Dividendos

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Fonte: Adaptado de MARION (2004).

3. Fluxos de caixa no agronegócio?

Segundo Crepaldi (2012), o fluxo de caixa é a relação das entradas e das saídas de recursos financeiros em determinado período visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis.



Comentário do autor

Quem controla as entradas e as saídas é o administrador financeiro. Ele visa assegurar a compatibilização entre as saídas de caixa e os ingressos de recursos provenientes de produtos ou serviços agropecuários para que se possam honrar as obrigações assumidas.

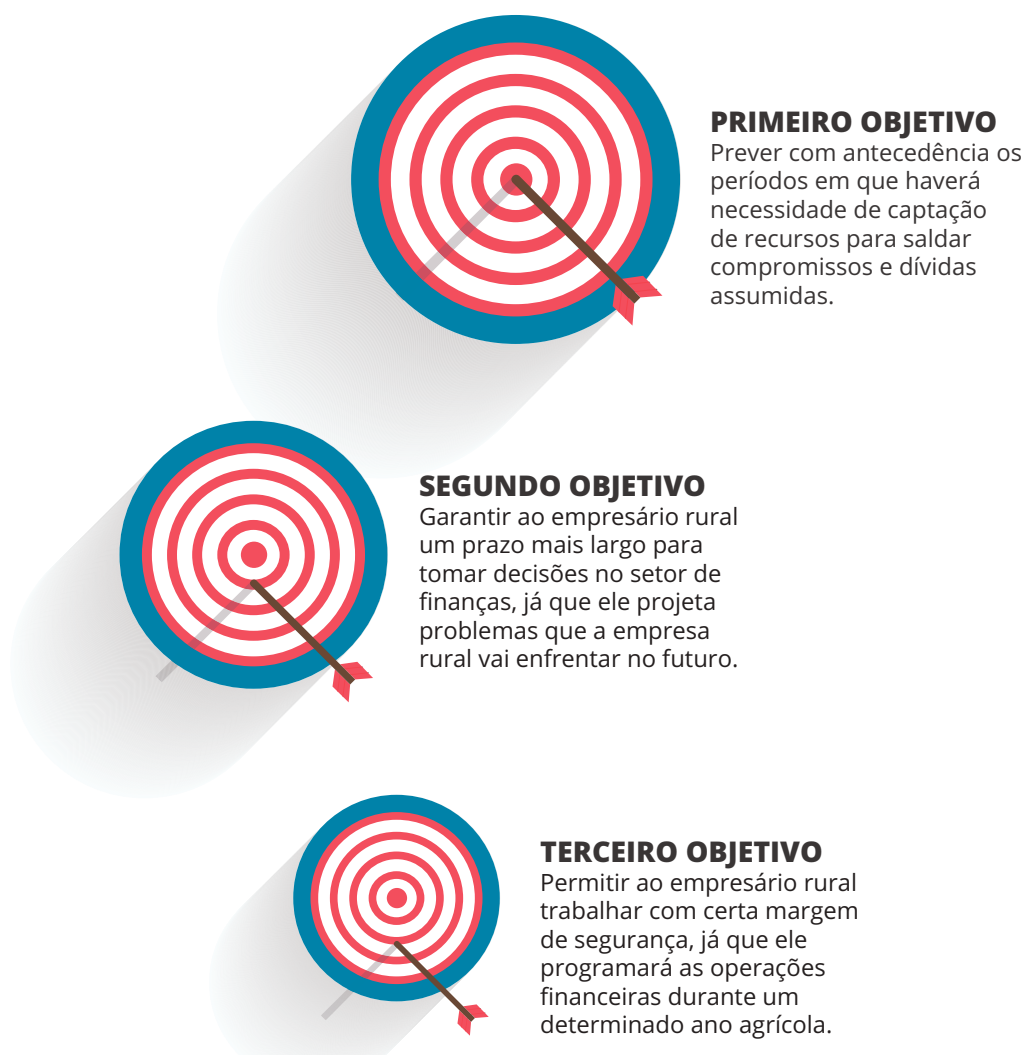
Os registros nas contas Entradas e Saídas são:

- a data em que ocorreu o evento;
- o histórico;
- o valor movimentado.

O formulário utilizado para esse controle diário é o **boletim de caixa**. Com essa ferramenta simples, o administrador financeiro poderá exercer controle diário sobre a movimentação da empresa rural. Veja um exemplo a seguir.

EMPRESA: Fazenda Bom Café Ltda.				
CONTROLE DIÁRIO DE CAIXA			DATA: JUNHO/2015	
Dia	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
02	Saldo anterior			R\$ 1.000,00
02	Vendas à vista	R\$ 2.000,00		R\$ 3.000,00
02	Pagamento de mão de obra		R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
02	Saldo a transportar			R\$ 2.000,00

Segundo Crepaldi (2012), o fluxo de caixa, ou orçamento financeiro, cumpre, principalmente, três objetivos no gerenciamento de uma empresa rural:



Qual é o período do fluxo de caixa?	O fluxo de caixa, ou orçamento financeiro, é elaborado, normalmente, para o período de um ano, subdividido em meses ou trimestres.
Quais informações uma DFC deve conter?	<p>A demonstração dos fluxos de caixa, ou orçamento financeiro, deve conter as mesmas informações do boletim de caixa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a data ou o período a que se refere a operação; • o histórico (onde se registra o tipo de operação realizada); • as previsões de entradas (os valores relativos a recebimentos); • as previsões de saídas (os valores dos pagamentos a serem feitos); • o saldo inicial (o total do dinheiro em caixa no início do período); • a previsão de saldo final (quanto o comerciante espera ter no dia em que se encerrar o fluxo financeiro).
Quais são as vantagens do fluxo de caixa?	Com o auxílio do fluxo de caixa, é possível fazer o gerenciamento contábil e promover o equilíbrio financeiro nas empresas rurais.

Segundo Crepaldi (2012), o uso frequente do fluxo de caixa tem os seguintes benefícios:

- permanente equilíbrio entre os ingressos e os desembolsos de caixa;
- o capital próprio tende a aumentar em relação ao capital de terceiros;
- a rentabilidade do capital empregado é satisfatória, com menor necessidade de capital de giro;
- tendência para aumentar o índice de rotação de estoques – os prazos médios de recebimento e pagamento tendem a se estabilizar;
- não há imobilizações excessivas de capital, nem ele é insuficiente para o volume necessário de produção e comercialização agrícola. Não há falta de produtos agrícolas para o atendimento das vendas.

Por outro lado, é importante estar atento aos desequilíbrios financeiros. A seguir, conheça quais são os sintomas, as causas e as consequências desse quadro:

Sintomas	Insuficiência crônica de caixa. Captação sistemática de recursos por meio de empréstimos. Sensação de esforço desmedido. Sensação de quebra repentina.
Causas	Excesso de investimentos em estoques ou itens de baixa rotação. Prazo médio de recebimento maior que o prazo médio de pagamento. Excesso de imobilizações. Inflação monetária.
Consequências	Vulnerabilidade ante às flutuações de mercado. Atrasos nos pagamentos de dívidas. Tensões internas. Recuperação judicial, falência.

Você já presenciou algum desses sintomas em alguma empresa?

Em caso de desequilíbrio no fluxo de caixa, que a solução a empresa possui para enfrentar uma situação de falta de recursos financeiros?

Segundo Crepaldi (2012):

- aumento do capital próprio pela entrada de novos sócios ou do reinvestimento dos lucros;
- redução do ritmo das atividades operacionais – adequação do nível de operações ao nível de recursos disponíveis;
- contenção dos custos e das despesas operacionais;
- desmobilização de recursos ociosos e planejamento e controle financeiros.

Encerramento do tópico

Neste tópico, você teve a oportunidade de entender a diferença entre os regimes de caixa e competência na Contabilidade Rural. Você também pôde verificar a importância da utilização do fluxo de caixa nas empresas rurais, além de conhecer os dois métodos para a elaboração do fluxo de caixa – direto e indireto.

Atividade de aprendizagem

1. Quais são os principais livros da Contabilidade?
 - a) Livros Caixa e Razão.
 - b) Livros Social e Diário.
 - c) Livros Caixa e Diário.
 - d) Livros Diário e Razão.

2. Qual é a forma técnica de se registrarem os fatos contábeis?
 - a) Fazer os lançamentos contábeis.
 - b) Realizar registros contábeis.
 - c) Escriturar os lançamentos contábeis.
 - d) Registrar as notas fiscais.

3. O _____ é onde são registradas todas as operações que envolvam o patrimônio da empresa no decorrer de um período. Ele deve ser autenticado e deverá conter o termo de abertura e encerramento, a ser submetido ao órgão competente, no caso, a Junta Comercial.
 - a) Livro Diário.
 - b) Livro Razão.
 - c) Livro Caixa.
 - d) Livro Fiscal.

4. A _____, na Contabilidade, incide sobre os bens _____ e corresponde à perda do valor desse bem em um determinado _____. Por exemplo: um *software* ou o direito de utilização de uma terra arrendada em um período de cinco anos. Assim, esse arrendamento será amortizado nesse período, e o seu investimento será apropriado como custo nesse período.
 - a) amortização; tangíveis; período de tempo.
 - b) depreciação; tangíveis; período de tempo.
 - c) exaustão; intangíveis; espaço.
 - d) amortização; intangíveis; local.

5. “É um relatório contábil que apresenta o saldo de todas as contas patrimoniais de uma determinada empresa no final do exercício social, evidenciando quantitativa e qualitativamente a posição financeira da empresa.”

O conceito citado trata de qual demonstrativo?

- a) Balanço patrimonial.
 - b) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - d) Demonstração dos Lucros Acumulados.
6. Quais são os métodos de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa?
- a) Método de caixa e método direto.
 - b) Método indireto e método de caixa.
 - c) Método direto e método indireto.
 - d) Método das partidas dobradas.
7. _____ é um relatório contábil que mostra o desempenho financeiro de uma determinada empresa em um determinado período.
- a) Balanço patrimonial.
 - b) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
 - d) Demonstração dos Lucros Acumulados.
8. Os _____, os _____ e outros que estão preocupados com uma avaliação prospectiva do fluxo líquido de caixa estão muito interessados nas informações da DFC – método indireto.
- a) investidores; credores.
 - b) clientes; empregados.
 - c) gestores; proprietários.
 - d) investidores; empregados.

03

Análises Contábeis
e a Gestão do Agronegócio

Tema 3: Análises Contábeis e a Gestão do Agronegócio

Este tema apresentará informações sobre a gestão de um empreendimento rural e demonstrará como a análise contábil influencia a tomada de decisão para novos investimentos ou ajustes. Serão estudados os tópicos “análises contábeis” e “indicadores econômico-financeiros”.

Assim, o objetivo é analisar a estruturação contábil, bem como o balanço patrimonial nos empreendimentos rurais. Você verá conceitos e sua aplicabilidade nas propriedades agropecuárias.

Tópico 1: Análises Contábeis auxiliando na Gestão dos Negócios Rurais

Neste tópico, você verá o que são as análises horizontal e vertical. Assim, você saberá como as análises contábeis, o planejamento e o controle financeiro podem auxiliar na gestão dos empreendimentos rurais, principalmente no que diz respeito à tomada de decisão de investimentos e de financiamentos.

1: O que é análise econômico-financeira?

Para melhor gerenciar uma empresa rural, você precisa conhecer um pouco sobre administração financeira, pois ela busca fornecer conhecimentos técnicos e diagnosticar a saúde econômico-financeira da empresa.



Fonte: Shutterstock

O ideal é que os gestores financeiros tomem decisões com base em dados consistentes elaborados a partir das demonstrações contábeis. Para isso, podem-se elaborar estudos comparativos com exercícios anteriores e tomar medidas corretivas ou aprimorar as ações gerenciais no sentido de melhorar os processos. Os empreendimentos rurais têm a necessidade de se adequar ao mercado e à saúde financeira, sob pena de falirem as empresas rurais.

Segundo Hoji (2009, p. 7):

Todas as atividades empresariais envolvem recursos e, portanto, devem ser conduzidas para a obtenção de lucro.

Nesse sentido, pode-se dizer que as funções do administrador financeiro de uma empresa são:

Análise, planejamento e controle financeiro	Consiste em coordenar, monitorar e avaliar todas as atividades da empresa por meio de relatórios financeiros. Nessa perspectiva, analisam-se o balanço patrimonial e as outras demonstrações contábeis da empresa rural para a tomada de decisão do empreendedor rural.
Tomada de decisões de investimentos	Retrata a destinação dos recursos financeiros para aplicação em ativos circulantes e não circulantes, com cuidado quanto ao risco e ao retorno dos capitais investidos.
Tomada de decisões de financiamentos	É o espelho das possibilidades de financiamento da empresa, ou seja, verificar a situação atual da empresa quanto às suas contas, que estão no balanço patrimonial, observando as análises horizontal e vertical.

2. Análise e indicadores contábeis

A análise é a forma de verificar as informações contábeis. Crepaldi (2012, p. 326) descreve que:

Os indicadores econômico-financeiros são valores quantitativos, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma empresa rural.

Conheça, a seguir, alguns indicadores contábeis.

Indicadores para a análise da empresa rural		
Ordem	Indicador	Descrição Onde são registradas
1	Despesa média mensal	Boletins de caixa atualizados – DRE
2	Receita média mensal	Boletins de caixa atualizados – DRE
3	Ativo circulante	Disponibilidades e realizável a curto prazo – balanço patrimonial
4	Ativo realizável a longo prazo	Direitos de um prazo maior que 360 dias – balanço patrimonial
5	Ativo permanente	Imobilizado e investimentos – balanço patrimonial
6	Passivo circulante	Fornecedores e demais obrigações a curto prazo – balanço patrimonial
7	Passivo não circulante	Obrigações com prazo superior a 360 dias
8	Patrimônio líquido	Ativo (-) Passivo – balanço patrimonial

Fonte: Adaptado de CREPALDI (2012).

Note que algumas contas ou grupos de contas vêm da demonstração do resultado do exercício – DRE. Por isso, vale a pena reforçar cada uma das contas mencionadas:

Despesa

São todas as despesas que a empresa tem e elas estão registradas na DRE. Ao final de um ano, ou seja, um período de exercício contábil, irá apresentar o lucro ou o prejuízo que a empresa teve. A despesa média mensal é aquela lançada no boletim de caixa, ou fluxo de caixa, ou seja, são todas as despesas que ocorrem no “dia a dia” das atividades rurais.

Para entender melhor o conceito de “despesa média mensal”, acompanhe o exemplo:

Suponha que uma empresa rural tenha uma despesa anual de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). Assim, no final considerando doze meses, teremos R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) como despesa mensal. Os R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) constarão no “boletim de caixa” ou “fluxo de caixa”, e os R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) na DRE. Para saber qual o valor da despesa média diária, divide-se o total, no caso R\$50.000,00, por 30 dias, e temos R\$1.666,67 (mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), que será a despesa média diária.

E a receita? Onde se encontram as receitas de uma empresa rural?

Receitas

Receitas são todas as entradas de recursos financeiros que a empresa tem e elas estão situadas na DRE. Ao final de um ano, ou seja, um período de exercício contábil, irá apresentar o lucro ou o prejuízo que a empresa teve.



Legenda: O valor obtido na venda de hortaliças é um exemplo de receita.
Foto: Denise Lett – Shutterstock (2015)

O lucro ou prejuízo no exercício determinado pela receita é inserido na demonstração do resultado do exercício – DRE, mas onde entra a receita média mensal?

Receita média mensal

A receita média mensal é aquela lançada no boletim de caixa, ou fluxo de caixa, ou seja, são todas as receitas que ocorrem no “dia a dia” das atividades rurais.

E como se determina o lucro ou o prejuízo do exercício?

Primeiramente, calcula-se a receita média mensal. Suponha que a receita média mensal da empresa rural seja de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assim, a receita que constará na DRE será de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).

A receita diária será de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) divididos por 30 dias, ou seja, R\$ 2.666,67 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Veja, a receita total anual foi de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) e a despesa total anual foi de R\$ R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Assim, a empresa rural obteve lucro de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Esse valor é obtido calculando-se o total das receitas (-) total das despesas.

Retomando o quadro de indicadores, vamos nos aprofundar agora no **ativo circulante**. O ativo circulante inclui o **Disponível**, que compreende dinheiro em caixa e nos bancos, e o **Realizável**, que são as contas a receber, as duplicatas, o estoque e os outros créditos a receber no prazo de 360 dias.

Suponha que uma empresa rural possua em caixa R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e, nos bancos, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o que resulta em um total na conta “Disponível” de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

Mas quanto se tem de realizável no curto prazo?

Supondo que, em “Contas a receber”, tenham-se R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); em “Duplicatas a receber”, R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e, em “Estoque”, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a empresa rural teria o total de “realizável a curto prazo” de R\$ 1.275.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil reais), que é a soma de todas essas contas que representam os bens e os direitos no curto prazo.

Quanto ao **ativo de longo prazo**, você lembra que ele considera todas as contas a receber com prazo superior a 360 dias, certo?

Supondo que a empresa rural possua um “Ativo realizável a longo prazo” de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que análise podemos fazer? Ora, se a empresa possui R\$ 1.275.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil reais) em curto prazo, significa dizer que ela trabalha com R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais) a mais em curto prazo, o que significa que a empresa possui boa liquidez, ou seja, pode fazer caixa/dinheiro no curto prazo. Assim, podemos dizer que essa empresa poderá comprometer-se com dívidas no curto prazo (ou seja, menos de 360 dias) ou com investimentos.

Seguindo pelos indicadores, chegamos ao **ativo permanente**. Ele engloba os bens imobilizados da empresa, ou propriedade rural (imóveis, veículos, móveis e equipamentos), e os investimentos financeiros de longo prazo (ou valores investidos por um prazo superior a 360 dias).

Supondo que a empresa rural possua em “Imobilizado” R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e, em “Investimentos financeiros”, R\$ 100.000,00 (cem mil reais), você poderá calcular o total do ativo permanente somando esses dois valores, ou seja, o ativo permanente atinge R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Com base nessas informações, como calcular o **ativo total**?

O ativo total será a soma dos ativos circulante, realizável a longo prazo e Permanente, ou seja, temos R\$ 1.275.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil reais) de ativo circulante de curto prazo + R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de ativo realizável a longo prazo + R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) de ativo permanente. Então, o ativo total será de R\$ 2.025.000,00 (dois milhões e vinte e cinco mil reais).



Comentário do autor

Por que é importante saber o valor do ativo, afinal? É no ativo total que se têm todos os bens e direitos de curto e longo prazos, ou seja, sabe-se qual é o estado patrimonial da empresa rural. Agora, além disso, é importante conhecer as obrigações para entender a saúde financeira da empresa.

O **passivo circulante** inclui as obrigações em curto prazo que estão localizadas no balanço patrimonial de toda empresa rural. Essas contas são:

- Fornecedores;
- Folha de pagamento de salários;
- Encargos sociais;
- Impostos;
- Empréstimos em curto prazo etc.

Quer ver como isso se aplica?

Supondo que a empresa rural possua obrigações em curto prazo no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) com pagamento de salários e fornecedores, qual seria nosso capital circulante líquido – CCL?

O CCL é o ativo circulante menos o passivo circulante, ou seja, temos de CCL para nossa empresa rural R\$ 1.275.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil reais) menos R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) = R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).

E o **passivo não circulante**? É possível calculá-lo?

Lembrando-se de que passivo não circulante são as obrigações/dívidas com prazo superior a 360 dias, também localizadas no balanço patrimonial, veja no exemplo como ele se aplica:

Supondo que as obrigações com prazo superior a 360 dias (um empréstimo bancário, por exemplo) sejam de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), qual será o total de obrigações da empresa rural? Bom, a empresa possui R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) de passivo circulante e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de passivo não circulante, então, temos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de obrigações/dívidas.

Por fim, o **patrimônio líquido**. O que ele indica? Lembre-se de que o patrimônio líquido de uma empresa é constituído do valor de todos os bens e direitos, deduzidas todas as obrigações/dívidas. Portanto, continuando o exemplo:

Imagine que a empresa rural tenha “Bens e Direitos” no valor de R\$ 2.025.000,00 (dois milhões e vinte e cinco mil reais) e “Obrigações” no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Portanto, o seu patrimônio líquido, ou PL, será de R\$ R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais).



Comentário do autor

Lá no início desta unidade curricular, você viu que o patrimônio líquido era o resultado do ativo menos o passivo. Lembre-se?

Agora que você reforçou esses conceitos de contas e indicadores contábeis, é hora de conhecer o que são a análise horizontal e a análise vertical.

3. Análises horizontal e vertical

As análises horizontal e vertical devem ser realizadas nas demonstrações financeiras. Como já vimos, as demonstrações financeiras são documentos essencialmente históricos que informam o que acontece dentro das empresas estudadas e fornecem informações valiosas quanto à capacidade futura da empresa de saldar seus compromissos financeiros (GARRISON e NOREEN, 2000).

O que significa análise horizontal?

A análise horizontal das demonstrações contábeis retrata “o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado em uma determinada série histórica de exercícios” (NEVES e VICECONTI, 2002, p. 442).



Comentário do autor

Segundo Silva (2012, p. 109), a análise horizontal é realizada a partir da observação da evolução de uma conta ou de um grupo de contas ao longo de vários períodos, tendo seu foco nos efeitos, não revelando, entretanto, as causas das mudanças.

E o que significa análise vertical?

A análise vertical trata de “medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte e fazer as comparações caso existam dois ou mais períodos” (NEVES e VICECONTI, 2013, p. 449). Essa análise também **é reconhecida como** estrutura, pois **é preciso analisar uma conta em relação a outra conta ou grupo de contas**.

Veja como funcionam as análises vertical e horizontal:

O primeiro passo é estruturar o balanço patrimonial da empresa rural:

Balanço patrimonial – da empresa rural		
	2014	2015
Ativo circulante	300.000,00	500.000,00
Ativo não circulante	300.000,00	500.000,00
Ativo permanente	450.000,00	700.000,00
Total do ativo	2.025.000,00	2.700.000,00
Passivo circulante	900.000,00	1.100.000,00
Passivo não circulante	100.000,00	300.000,00
Patrimônio líquido	1.025.000,00	1.300.000,00
Total do passivo	2.025.000,00	2.700.000,00

Na **análise vertical**, observa-se o ativo circulante de 2014 e pode-se dizer que ele representa 62,97% do ativo total – se dividirmos R\$ 1.275.000,00 por R\$ 2.025.000,00, encontraremos 62,97%. Isso significa que, no exercício de 2014, a empresa apresentou boa liquidez, ou seja, possuía a maior parte de seus bens e direitos podendo ser transformados em caixa/dinheiro no curto prazo.

Agora, veja como se faz a **análise horizontal**:

Partindo da mesma conta, ou seja, o valor do ativo circulante de 2014 totaliza R\$ 1.275.000,00 e, em 2015, o valor é R\$ 1.500.000,00. O que isso significa? Que a empresa rural produziu uma elevação no valor de seus bens e direitos de curto prazo de R\$ 225.000,00 entre os exercícios de 2014 e 2015, melhorando assim seu índice de liquidez.

Encerramento do tópico

Neste tópico, você conheceu a importância de se estudarem as variações que ocorrem nos elementos contábeis das empresas rurais. Você também estudou o significado das mudanças horizontais e verticais em cada um desses elementos que compõem os demonstrativos. A seguir, você conhecerá outros indicadores que podem auxiliar na tomada de decisão de novos investimentos e modificações nos processos de produção.

Tópico 2: Indicadores Econômico-financeiros

Até agora, você viu diversos benefícios dos indicadores gerados pela Contabilidade para a empresa rural. Confira alguns deles na figura a seguir.



Fonte: Adaptado de KRONBAUERET al (2011) e FREITAS (2014) *apud* MAROSTIGA (2015).

Para que você entenda melhor essas funções, é importante conhecer alguns índices, como os indicadores de liquidez corrente, de endividamento e de rentabilidade.

1. Indicador de liquidez corrente – LC

Esse indicador, obtido a partir da divisão das contas do **ativo circulante** pelas obrigações de curto prazo, mostra, para cada um real de dívida em curto prazo, quanto a empresa tem de bens e direitos para cumprir aquela obrigação exigível no curto prazo.

A fórmula é representada pela equação:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O resultado da equação mostra aos gestores financeiros (usuários internos e externos) como está a situação financeira da empresa rural em termos da sua capacidade de honrar os seus compromissos no curto prazo.

2. Indicador de endividamento

Esse indicador mostra como está a situação da alavancagem (ou seja, das dívidas) das empresas em relação aos capitais próprios. Mostra como os proprietários rurais e os investidores veem o risco que estão correndo ao investir em uma empresa.

A fórmula do indicador de endividamento é representada por:

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

O resultado da equação mostra o quanto de recursos financeiros foi investido em uma empresa em relação ao seu patrimônio líquido. De modo geral, mostra em quantos anos o resultado da empresa poderá pagar todas as suas dívidas e obrigações.

3. Indicadores de rentabilidade

Esses indicadores mostram os resultados (lucro) que as empresas rurais contabilizaram nos exercícios.

A equação abaixo reflete qual é a **rentabilidade** que a empresa obteve em relação ao faturamento.

$$\text{RENTABILIDADE} = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{FATURAMENTO DO EXERCÍCIO}}$$

A equação abaixo mostra ao gestor da empresa rural quais são as **margens de lucro** que a propriedade obteve no exercício.

$$\text{RETORNO SOBRE CAPITALS PRÓPRIOS} = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Nessa equação, o gestor ou proprietário rural pode verificar qual foi o resultado/lucro que a propriedade rural retornou sobre o capital investido na atividade.

Encerramento do tópico

Neste tópico, você teve oportunidade de entender a importância de se estudarem os resultados que as empresas rurais tiveram no fechamento dos exercícios: os gestores podem interpretar as variações que ocorreram na situação econômico-financeira do empreendimento rural e qual o retorno financeiro que o proprietário rural teve em relação aos capitais investidos.

Atividades de aprendizagem

1. Qual é a análise que identifica a evolução das demonstrações contábeis em um determinado período?
 - a) Análise horizontal.
 - b) Análise vertical.
 - c) Análise do fluxo de caixa.
 - d) Análise do índice de liquidez corrente.

2. Qual é a análise que identifica a participação de cada item das demonstrações contábeis em um determinado período?
 - a) Análise horizontal.
 - b) Análise vertical.
 - c) Análise do fluxo de caixa.
 - d) Análise do índice de liquidez.

3. Que tipo de análise mostra ao gestor da empresa rural as margens de lucro que a propriedade obteve no exercício em relação ao seu faturamento?
- a) Análise horizontal.
 - b) Análise vertical.
 - c) Análise do fluxo de caixa.
 - d) Análise do índice de rentabilidade.
4. Qual é o indicador que mostra ao gestor ou proprietário rural qual foi o resultado/lucro que a propriedade rural retornou sobre o capital investido na atividade?
- a) Análise horizontal.
 - b) Análise vertical.
 - c) Análise de retorno sobre os capitais próprios.
 - d) Análise do índice de rentabilidade.
5. Qual é o indicador que mostra como está a situação da alavancagem da empresa rural em relação aos capitais próprios?
- a) Análise horizontal.
 - b) Análise vertical.
 - c) Análise de retorno sobre os capitais próprios.
 - d) Análise do índice de endividamento.
6. Os indicadores _____ são valores _____, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma _____.
- a) econômico-financeiros; quantitativos; empresa rural.
 - b) econômico-financeiros; qualitativos; empresa rural.
 - c) financeiros; qualitativos; economia.
 - d) econômicos; qualitativos; contabilidade.

7. Qual é o indicador que mostra a capacidade que a empresa rural possui de honrar os seus compromissos?
- a) Análise horizontal.
 - b) Índice de liquidez.
 - c) Análise do fluxo de caixa.
 - d) Análise do índice de rentabilidade.
8. Há um indicador que mostra em quantos anos a empresa poderá pagar os seus compromissos. Qual é esse indicador?
- a) Análise horizontal.
 - b) Índice de endividamento.
 - c) Análise do fluxo de caixa.
 - d) Análise do índice de rentabilidade.

Encerramento da Unidade Curricular

Você chegou ao final da Unidade Curricular Contabilidade Rural. Aproveite para complementar o conteúdo aprendido neste material com os demais conteúdos disponibilizados no AVA. Realize as atividades de aprendizagem e procure o tutor em caso de dúvidas. Certifique-se de que compreendeu corretamente os assuntos abordados e continue se capacitando constantemente. Sucesso em seus estudos!

Referências Bibliográficas

Básicas

CREPALDI, S. A. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, J. C. *Contabilidade básica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. *Contabilidade Rural*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Complementares

MAROSTICA, J. *Custo-benefício dos incentivos fiscais e seu impacto nos indicadores de desempenho das empresas calçadistas listadas na BM&FBovespa*. Projeto de Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina –Programa de Pós-graduação em Contabilidade. 2015. Florianópolis. Orientador, Sérgio Murilo Petri, Dr.

NEVES, S.; VICECONTI, P. *Contabilidade básica e estrutura das demonstrações financeiras*. São Paulo: Frase, 2002.

_____. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, A. A. *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012.

Gabarito

Tema 1

Atividades de Aprendizagem

Questão 1: B

Questão 2: C

Questão 3: A

Questão 4: B

Questão 5: D

Questão 6: (6) (2) (1) (5) (3) (4)

Questão 7: C

Questão 8: B

Tema 2

Atividades de Aprendizagem

Questão 1: D

Questão 2: C

Questão 3: A

Questão 4: D

Questão 5: A

Questão 6: C

Questão 7: B

Questão 8: A

Tema 3

Atividades de Aprendizagem

Questão 1: A

Questão 2: B

Questão 3: D

Questão 4: D

Questão 5: D

Questão 6: A

Questão 7: B

Questão 8: B



**Serviço Nacional de
Aprendizagem Rural**

SGAN 601 MÓDULO K - EDIFÍCIO ANTÔNIO
ERNESTO DE SALVO - 1º ANDAR - BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL - CEP: 70830-021
FONE: + 55 61 2109 1300

WWW.SENAR.ORG.BR/ETEC
WWW.SENAR.ORG.BR